

Cópia

APROVADA POR
UNANIMIDADE

A FAVOR:

PS – 46
PSD – 29
CH – 2
TB – 1
CDS – 2
BE – 2
IND – 26

O PRESIDENTE DA AMB

Fernando Santos Pereira

ATA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

BARCELOS

SESSÃO DE 2025/02/24

(1.ª Reunião)

Cópia

ATA NÚMERO TRINTA E CINCO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de catorze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro do Regimento da Assembleia.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas da sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto dois – Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano dois mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto três – Apreciação dos Relatórios de Atividades dos Representantes da Assembleia Municipal nas diversas Entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos Um;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: a) aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para diversos investimentos;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a) autorização para a aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais, ao abrigo da segunda Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa Primeiro Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-CO dois-i zero um – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação segunda Republicação número zero um/CO dois-i zero um/dois mil e vinte e um – Componente zero dois – Habitação; b) aprovação das peças referentes à segunda Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e edital; c) delegação na Câmara Municipal das competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até à conclusão da segunda Oferta Pública de Aquisição;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de participações financeiras às Freguesias do concelho de Barcelos;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de



celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário oitocentos e seis/setenta e nove-R);-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos estatutos;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de segundo grau de Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, a prover na autarquia;-----

-----Ponto quinze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto



Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, Cristina Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, Daniela Filipa Teixeira Ferreira, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Emílio Carlos Crespo Santos Rego, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Albino Gomes Lopes, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Marcos António Silva, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira



Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Marisa Alexandra da Silva Pereira, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Natalina de Sá, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristiana Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Tânia Isabel Vilaça Lopes, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Carlos Alberto da Silva Gomes, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, Jorge César Fernandes da Silva.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público que nos acompanha via *Web*.-----

-----Declaro aberta a sessão ordinária do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Deu entrada nos serviços de apoio a comunicação de renúncia ao mandato do deputado José Manuel Araújo Cardoso, que foi substituído pelo deputado Filipe Emanuel Ramires Pinheiro.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedia agora à senhora deputada, segunda secretária, para ler as restantes substituições.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Guilhermina Guimarães – Foram substituídos os seguintes senhores deputados municipais:-----

-----José António Maciel Beleza Ferraz;-----

-----Substituto: Patrick Silva Sousa;-----

-----Manuel Vasconcelos Dias;-----

-----Substituto: Sebastião Lemos Ferreira;-----

-----Nélson Carlos Teixeira de Brito;-----

-----Substituto: Domingos Pereira de Araújo;-----

-----José Monteiro da Silva;-----

-----Substituto: Emílio Carlos Crespo Santos Rego;-----

-----Casimiro da Silva Rodrigues;-----

-----Substituta: Marisa Alexandra da Silva Pereira;-----

-----Filipe Emanuel Ramires Pinheiro;-----

-----Substituta: Tânia Isabel Vilaça Lopes;-----

-----Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas;-----

-----Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;-----

-----Tomé Francisco Lopes de Faria;-----

-----Substituto: Marcos António Silva;-----

-----Maria da Conceição Azevedo Costa e Silva;-----

-----Substituto: Gabriel Albino Gomes Lopes;-----

-----António Augusto Martins de Carvalho;-----

-----Substituto: Manuel Joaquim Araújo da Silva;-----

-----Joaquim Pinto do Vale;-----

-----Substituto: Carlos Alberto da Silva Gomes;-----

-----Mário Jorge Gomes de Figueiredo;-----



-----Substituta: Daniela Filipa Teixeira Ferreira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária.----

-----Informações a prestar à Assembleia:-----

-----Tivemos reuniões das Comissões Municipais desde da última Assembleia:-----

-----Em nove do um de dois mil e vinte e cinco, a Comissão Municipal de Acompanhamento para o Setor dos Resíduos Sólidos Urbanos;-----

-----Em nove do um de dois mil e vinte e cinco, a Comissão Municipal de Acompanhamento da Acessibilidade Condicionada às Pessoas com Deficiência;--

-----Em dez do um de dois mil e vinte e cinco, a Comissão Municipal de Saúde.-----

-----Em dezasseis do um de dois mil e vinte e cinco, a Comissão Municipal de Acompanhamento da Acessibilidade Condicionada às Pessoas com Deficiência;--

-----Em vinte e três do um de dois mil e vinte e cinco, a Comissão Municipal de Acompanhamento da Acessibilidade Condicionada às Pessoas com Deficiência.-----

-----Informo também os senhores deputados que a Comissão do Poder Local e Coesão do Território remeteu o relatório final do Grupo de Trabalho à Assembleia Municipal.-----

-----No dia dois de janeiro o presidente da Assembleia reencaminhou o relatório para as Uniões de Freguesia que solicitaram a desagregação.-----

-----Ainda mais duas informações a prestar à Assembleia:-----

-----Como sabem, fomos na anterior Assembleia Municipal informados pelo Grupo Municipal do BTF que interpôs uma providência cautelar contra o meu despacho de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Fui hoje notificado da sentença do TAF de Braga que indeferiu essa providência cautelar proposta pelos eleitos pelo grupo do BTF.-----



-----Assim sendo, volta-se ao momento anterior, à entrada em vigor da providência cautelar.-----

-----Está assim em vigor o meu despacho de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro no que respeita ao BTF.-----

-----Segunda informação relacionada com este processo: senhas de presença.-----

-----É sabida que relativamente ao parecer da CCDRN sobre as senhas de presença entendi ser esse parecer muito parcimonioso e a sua fundamentação não estava bem sustentada, no meu entender estava um pouco vaga, relativamente à obrigatoriedade da reposição das senhas de presença.-----

-----Eu pedi novamente um parecer, insisti junto da CCDRN, aduzindo até argumentos nesse sentido, aduzindo alguma sustentação que pudesse justificar a não obrigatoriedade da devolução dessas mesmas senhas.-----

-----Recebi já hoje o novo parecer da CCDRN e este novo parecer abre a possibilidade de serem relevadas as senhas de presença. Portanto, relativamente a este parecer eu irei proceder em conformidade.-----

-----Relativamente às informações é tudo, vamos então entrar no período de antes da ordem do dia e a primeira intervenção é do Partido Social Democrata.--

-----Tem a palavra do Grupo Municipal do PSD o senhor deputado José Padrão.-----

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----“Barcelos está parado!”.-----

-----“O município está a desperdiçar fundos comunitários!”.-----

-----Estas são algumas das frases favoritas do Partido Socialista, repetidas



como um mantra, talvez na esperança de que, por tanto as dizerem, se tornem verdade. Mas vamos falar do que realmente se passa em Barcelos!-----

-----Passadiços e ecovia.-----

-----Estamos prestes a inaugurar os passadiços e a ecovia, um dos maiores investimentos nas margens do Rio Cávado. Curiosamente, agora que a obra está quase concluída, o problema passou a ser as cheias que fazem submergir os passadiços e a ecovia! Sim, em dias de muita chuva algumas zonas podem ficar submersas. Mas não podemos querer “sol na eira e chuva no nabal”!-----

-----Os barcelenses vão finalmente poder usufruir da beleza das margens do Rio Cávado. Claro que, em dias de muita chuva, haverá precauções a tomar, tal como acontece noutros passadiços como os de Arouca, Arcos de Valdevez e Esposende. Mas não enganem os barcelenses, estas infraestruturas existem para serem utilizadas na maior parte do ano e não nos dias excecionais de intempérie!-----

-----Educação e saúde: prioridade para este executivo.-----

-----A verdade é que Barcelos não está parado. Senão vejam alguns factos:---

-----Duas novas creches: uma em Arcozelo e outra em Macieira;-----

-----Cinco centros de saúde requalificados: São José e Alcaides de Faria já adjudicados; Lama, Lijó, Barcelos e Barcelinhos em revisão de projeto e fase final de concurso;-----

-----Doze escolas requalificadas: começando pela de Barcelinhos, com o maior investimento, e outras como Perelhal, Aldão, Milhazes, Moure, Cambeses, Cristelo, Carvalhal, Areias de Vilar, Remelhe, Pousa, Galegos São Martinho, Silva e Rio Covo Santa Eulália.-----

-----Quanto à questão: porquê só agora?-----

-----A resposta é simples, antes de se avançar com qualquer obra há um longo processo de projeto, candidatura e aprovação. Em muitas destas obras



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderia ter sido mais cedo se o PS tivesse deixado trabalho feito. Mas não deixou!-----

-----Infraestruturas Desportivas.-----

-----O município continua a financiar a construção de vários campos relvados. Mas deixemos claro: o município avalia as candidaturas e projetos e, estando em conformidade, financia. Cabe a cada entidade fazer o seu trabalho de casa!--

-----Sobre a água e saneamento observo doze anos de inércia do Partido Socialista. Agora que o PSD e a coligação estão a promover o prolongamento da rede de água e saneamento, o PS quer tudo feito de uma assentada!-----

-----Mas onde estava essa urgência quando estiveram no poder?-----

-----Nos doze anos de governação socialista sabem quem mais fez pela rede? Eu respondo: os particulares, as empresas e juntas de freguesia.-----

-----A desinformação do Partido Socialista.-----

-----Temos um PS negacionista, alimentado por um órgão de desinformação social, que tenta intoxicar os barcelenses.-----

-----Promover Barcelos não é apenas responsabilidade do município. A comunicação social tem um papel fundamental na promoção da cidade junto dos agentes económicos. Felizmente ainda temos meios de comunicação onde a tendência é retratar a realidade de forma objetiva.-----

-----As grandes obras do PSD.-----

-----O PSD de Barcelos orgulha-se de ter liderado as principais obras estruturantes do concelho: Pavilhão Municipal, Estádio, Piscinas, Rede de Água e Saneamento, Ponte Nova, IPCA, nó de Santa Eugénia, campos relvados, passadiços, ecovia e frente ribeirinha.-----

-----Desafio o Partido Socialista a elencar as suas obras estruturantes nos doze anos de governação. Venham cá dizer o que deixaram aos barcelenses!----

-----Portanto, não é Barcelos que está parado. É o PS!-----



-----Desafio também o PS a mudar de estratégia. Abandonem o negacionismo e venham a debate! Apresentem propostas concretas para Barcelos!-----

-----O PSD cá estará com responsabilidade e compromisso.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Informava que há aqui duas moções apresentadas, uma do Todos Barcelos e outra do Bloco de Esquerda.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado António Jardim, do Grupo Municipal do Chega.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham via *Web*.-----

-----Barcelos está claramente a tentar recuperar de doze anos de inoperância de socialismo que pouco ou nada fez que potenciase o desenvolvimento do concelho.-----

-----O Mercado Municipal é apenas um dos maus exemplos que nos deixaram. Estava inacabado e com muitas lacunas na sua construção que impedem o seu funcionamento, resta saber quanto mais será necessário para termos finalmente um local digno para receber os comerciantes que estão num local provisório há demasiado tempo.-----

-----O Canil Municipal está finalmente a criar condições para servir o concelho e também aqui verificamos uma desproporcionalidade entre as necessidades do concelho e a disponibilidade do próprio canil, que mesmo antes de abrir portas já estava completo e não podia receber mais animais nas suas instalações e assim também aqui ficou comprometida a resposta do serviço



prestado à comunidade.-----

-----O nó de Santa Eugénia é mais uma das obras que ficou por realizar, assim como a ciclovía que necessitou de várias alterações pois colocavam vários entraves à circulação e consequente segurança de todos os seus utilizadores.----

-----Mas existem duas decisões tomadas na era socialista que vão deixar marcas para os barcelenses.-----

-----Refiro-me ao aterro sanitário de Paradela, que teve na sua localização muitas queixas face à localização a sul do concelho quando seria previsível que a infraestrutura ficasse localizada a norte do concelho. No entanto, os problemas mais graves surgiram já com o seu funcionamento em pleno, foi então que se percecionou os graves estragos das vias, assim como os odores que ainda hoje se fazem sentir todos os dias, fazendo com que as populações das freguesias vizinhas se tornem reféns dentro das próprias habitações, não podendo usufruir dos seus pertences como qualquer outro cidadão barcelense.-----

-----No entanto, o pior foi o que resultou da grande promessa eleitoral do Partido Socialista: a concessão de água à empresa Águas de Barcelos.-----

-----Não nos esqueçamos que prometeram que este seria muito bom para os barcelenses, depois, com o passar do tempo, apenas bom, e finalmente, por último, menos mal, isto porque o atual executivo chegou a acordo com a empresa Águas de Barcelos, evitando o pagamento de duzentos milhões de euros.-----

-----Atualmente tudo isto pouco importa para os barcelenses, pois são eles que estão a sofrer as consequências dos atos tomados pelos executivos, primeiro pelo PSD e posteriormente pelo PS. Os resultados por mais que queiram minimizar são catastróficos para as famílias barcelenses!-----

-----Na verdade, os barcelenses pagam, no conjunto da água mais saneamento e também somando os resíduos, a fatura mais alta do quadrilátero



e uma das mais altas do país.-----

-----"O que não se compreende é o porquê de se pagar o que não se consome", dizem os barcelenses, e deram exemplos.-----

-----Numa fuga de água um barcelense teve de pagar uma fatura no valor de quinhentos euros por consumo de água e na fatura teve também o aumento no valor a pagar pelo saneamento, ou seja, pagou por um serviço que não usufruiu. Este foi o resultado do acordo entre o atual executivo e a empresa Águas de Barcelos, pena é que não se tenham acautelado os interesses dos barcelenses. Nós avisámos, mas... No final são sempre os barcelenses que pagam a fatura.----

-----Em suma, na ordem do dia está o empréstimo bancário para a execução de vários investimentos a serem realizados pelo atual executivo, mas o que não compreendemos é o facto do Partido Socialista criticar como se fossem um bom exemplo pelo seu passado.-----

-----É caso para dizer: faz o que eu digo, não faças o que eu faço!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Grupo Municipal do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Boa noite.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----No dia vinte deste mês foi celebrado o Dia Internacional da Justiça Social. De acordo com a DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações Laborais), e passo a citar:-----

-----"O Dia Internacional da Justiça Social lembra-nos a importância de construirmos sociedades mais justas e equitativas.-----



-----Os dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) indicam que quatro bilhões de pessoas no mundo carecem de proteção social; quatrocentos e cinquenta e três milhões desejam trabalhar, mas não conseguem encontrar emprego; e duzentos e catorze milhões de trabalhadores sobrevivem com menos de um vírgula nove dólares por dia.-----

-----A OIT destaca ainda áreas políticas essenciais que incluem:-----

-----Geração de empregos dignos;-----

-----Proteção social universal;-----

-----Educação e aprendizagem contínua para todos;-----

-----Defesa dos direitos dos trabalhadores;-----

-----Igualdade de género e combate à discriminação;-----

-----Globalização justa;-----

-----Transição equitativa para economias mais sustentáveis". Fim de citação.-

-----Justiça social envolve políticas de igualdade de género: cidadania e não-discriminação que estimulam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e lutam contra a discriminação de género.-----

-----Justiça social refere-se ao SNS, que deve fornecer cuidados de saúde universais e gratuitos ou a preços acessíveis para todos os cidadãos, independentemente de sua situação económica.-----

-----Justiça social inclui programas de apoio ao arrendamento, ajudando famílias em situação de vulnerabilidade e jovens a conseguir habitação adequada.-----

-----Promover a igualdade entre as populações urbanas e rurais é um aspeto da justiça social, que busca minimizar desigualdades e garantir que todos possam viver com dignidade e respeito. Essa promoção envolve a melhoria da infraestrutura rural, infraestruturas básicas (água, saneamento, luz, gás), o acesso ao desenvolvimento tecnológico, a oferta de programas de apoio à



agricultura, bem como a disponibilização de oportunidades culturais e de lazer.-

-----No índice de justiça social da União Europeia, conforme consta no último relatório, Portugal estava classificado em vigésimo segundo lugar.-----

-----Esse índice tem a finalidade de acompanhar os avanços na justiça social nos diferentes Estados e avalia diversos indicadores quantitativos e qualitativos e avalia cinco dimensões fundamentais:-----

-----Prevenção da pobreza – Portugal décimo sétimo lugar;-----

-----Educação equitativa – Portugal vigésimo sexto lugar;-----

-----Acesso ao mercado de trabalho – Portugal vigésimo primeiro lugar;-----

-----Coesão e não discriminação – Portugal décimo terceiro lugar;-----

-----Saúde – Portugal vigésimo lugar.-----

-----Por aqui se deduz que muito há a fazer pela justiça social.-----

-----Neste âmbito, o TB apresenta uma moção que é uma ação importante e um contributo para fortalecer a democracia e para a construção de uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas, independentemente de suas circunstâncias, possam viver com dignidade e respeito.-----

-----O TB espera assim que esta moção seja aprovada com os votos de todos.-

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----No início deste mandato, em sessão de dezasseis do doze de dois mil e vinte e um, nesta casa, dissemos o seguinte: “O CDS oferecerá ao executivo

BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal todo o seu apoio e suporte político, será um parceiro leal, sempre presente, com quem o executivo municipal sempre poderá contar".-----

-----Não nos podem acusar de ter fugido ao prometido!-----

-----No tempo que levamos deste mandato, o CDS tem dado provas da sua lealdade, enquanto parceiro na coligação que está à frente do Município de Barcelos.-----

-----O vereador do CDS no executivo municipal tem contribuído, pelo seu trabalho, em especial na ação social, para a "boa imagem" que os barcelenses têm deste executivo.-----

-----Ora, todos sabemos que não são as oposições que ganham as eleições, antes são os executivos que as perdem.-----

-----São vários os motivos que podem ser apontados para explicar tal resultado.-----

-----Não os vamos aqui elencar todos, mas sempre diremos que a imagem de um executivo municipal pode ser "mortalmente atingida", pelo desgaste que causa na opinião pública, se o executivo não der uma imagem de união, se os partidos ou movimentos que o compõem não transmitirem união e lealdade, se o executivo municipal não se afastar de polémicas.-----

-----Para além disso, o executivo municipal tem que mostrar "trabalho", tem que encontrar as melhores soluções para resolver os problemas dos barcelenses e do concelho de Barcelos.-----

-----Ora, quanto a isto, o CDS não tem dúvidas que este executivo tem trabalho e resultados a apresentar aos barcelenses, sendo prova cabal disto a ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal.-----

-----Não será certamente por aqui que o executivo não renovará o seu mandato.-----

-----Senhor presidente da Câmara, do que depender do CDS tudo faremos



para manter e renovar o mandato deste executivo.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite.-----

-----Cumprimento o Senhor Presidente, a Senhora Secretária, o Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público que nos acompanha presencialmente e via *Web*, Comunicação Social e todos os presentes.-----

-----Trago aqui para debate uma moção que apresentamos a esta câmara sobre a questão relacionada com a vulgarmente chamada Lei dos Solos.-----

-----É algo que temos ouvido falar permanentemente nas últimas semanas particularmente por razões várias e muitas delas por razões perversas, mas que na realidade este governo achou por bem, em forma de decreto-lei, para fugir até à própria verificação e averiguação de factos, resolveu entre o Natal e o ano novo, a trinta de dezembro, quando o país vai a bolos, por assim dizer, apresentar este decreto-lei.-----

-----Não fora a iniciativa de alguns partidos de esquerda, no qual o Bloco de Esquerda se inclui, e requerer uma apreciação parlamentar, porventura este tema tão significativo, tão estruturante, uma mudança da estrutura dos próprios solos, teria passado ao largo daquilo que é uma discussão.-----

-----Num país onde se discute abertamente e frontalmente o sentido das perceções, se há mais ou menos segurança, aquilo que é importante na realidade poder-se discutir ficaria de fora desse mesmo facto.-----

-----Aliás, rapidamente esta lei entrou em vigor há um mês e está como se contaminando permanentemente diferentes membros do governo.-----



-----Na verdade, este último mês tem sido uma espécie de terramoto político porque na realidade já levou à demissão de um secretário de Estado, já levou ao facto de haver incompatibilidade com empresas do ministro da tutela, do primeiro-ministro, que inclusive permitiu que houvesse uma moção de censura habilidosa apresentada pelo Chega e a explicação de duas ministras. Vejam bem o que é que já aconteceu a um mês a esta parte sobre esta mesma situação!-----

-----E reportando alguns aspetos significativos dizer, por exemplo, que em dois mil e quinze foi apresentado o regime jurídico de instrumento de gestão territorial, exatamente para conter este processo de suburbanização.-----

-----Aliás, dizem os especialistas na matéria que Portugal, de uma forma geral, particularmente nas áreas metropolitanas, não houve um processo de urbanização, mas sim de suburbanização que é preciso conter, o alargamento constante do perímetro urbano muitas vezes em forma de mancha de óleo, ou seja, para qualquer lado, os processos de reurbanização é preciso conter, é preciso equilibrar, é preciso criar condições para que haja regulamentação que não permita que assim aconteça.-----

-----Em nome da necessidade de uma sustentabilidade económica, social, ambiental, é preciso criar essas situações. Que agora perigosamente são retiradas da lei e é contrário a vários aspetos e a várias legislações.-----

-----Por exemplo, a legislação europeia no que diz respeito ao equilíbrio sustentável e à defesa do ambiente.-----

-----Por exemplo, nos programas nacionais dos planos de ordenamento do território que diz que é preciso travar a artificialização do solo, promover a reutilização do solo enquanto suporte de atividades humanas.-----

-----Por exemplo, o próprio presidente da República promulgou dizendo que era uma entorse ao ordenamento do território. Vá-se lá saber porque é que promulgou, se até vetou leis da desagregação das freguesias. Mas, pronto,



assim foi.-----

-----A alegada falta de solos que é argumentada é desmentida pelo relatório do estado do ordenamento do território. A questão até inclusiva da baixa de preços, que já mostra que é uma especulação que está em curso de imediato. Portanto, há toda uma série de considerações contrárias.-----

-----A Associação Nacional de Municípios que vem dizer que abre a possibilidade de permitir a construção para outros fins.-----

-----A própria ANAM das Assembleias Municipais que contesta a lei porque é omissa quanto aos poderes das Assembleias que passam a ser determinantes sobre este caso.-----

-----Tudo isto tem sido contrário, na realidade o governo, com algum beneplácito do Partido Socialista ao abster-se e ao aceitar criar algumas outras condições para a legislação, está a permitir que isso aconteça.-----

-----Portanto, pergunta-se: mas porque é que se insiste numa situação destas se vai contra todos os pareceres académicos, se vai contra todas estas situações?-----

-----Nós não estamos a diabolizar o poder local e a dizer genericamente que é tudo corrupto. Não, de maneira alguma. O que estamos a dizer é que é preciso que o poder local, a legislação, evite o abuso desse poder, que faça com que na realidade esta lei facilita esta situação e é preciso criar condições para a contrariar.-----

-----E por isso nós dizemos, no final desta moção, que, perante esta desconsideração de tantas normas, porque é que se insiste nesta artificialização do solo?-----

-----E é nesse sentido que trazemos esta moção, que espero obviamente que seja aprovada, que tem dois pontos fundamentais: um que diz defender a revogação do decreto, é um princípio que nos parece importante para abrir a



discussão; e, por outro, assegurar a informação pública quando for necessário criar alguma situação destas, que é já o que acontece hoje.-----

-----Portanto, são estes dois pontos que trazemos para debate e votação.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Nuno Martins, do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Em dois mil e nove os barcelenses foram inequívocos ao demonstrar nas urnas que pretendiam uma mudança na gestão municipal, cansados de ver a nossa cidade e o nosso concelho ficar para trás, avançando apenas no endividamento municipal que ascendia, à data, a cerca de cinquenta milhões de euros.-----

-----Desde dois mil e nove a dois mil e vinte e um, durante os três executivos do Partido Socialista, muito foi feito em Barcelos, merecendo realce dois aspetos da maior relevância:-----

-----A mais emblemática e inovadora medida que veio conferir dignidade e autonomia aos nossos autarcas locais: o famoso protocolo dos duzentos por cento;-----

-----O reequilíbrio das contas do município, saldando dívidas que ascendiam a quase cinquenta milhões de euros e deixando nos cofres do município um saldo positivo de mais de vinte milhões de euros!-----

-----Durante doze anos o executivo teve a capacidade de investir em todo o território sem exceção e melhorar significativamente as contas municipais!-----



-----Isto tudo, senhor deputado José Padrão, é mais estrutural do que qualquer obra de regime como o PSD tanto gosta.-----

-----Não obstante, em dois mil e vinte e um, os barcelenses entenderam que pretendiam um novo rumo e iniciou-se um novo ciclo.-----

-----Ciclo esse que de novo teve muito pouco, ou nada, porque desde o início deste mandato o que se viu foi o regresso da velha política a que o PSD nos habituou durante anos, apesar das muitas promessas e da muita comunicação.--

-----Vejamos:-----

-----A grande marca deste executivo é já o aumento exponencial do endividamento municipal, que a partir de hoje deverá voltar a cifrar-se nos cinquenta milhões euros.-----

-----Conforme já é seu apanágio, o PSD volta a gastar sem olhar a meios.-----

-----Por outro lado, o senhor presidente da Câmara prometeu baixar impostos anualmente, mas fê-lo apenas no primeiro orçamento, esquecendo-se dessa promessa logo depois.-----

-----Ao invés de baixar impostos e outros valores que os munícipes são chamados a pagar, este executivo faz o oposto. Hoje os barcelenses pagam mais pela água, pagam mais pelo saneamento, pagam mais pela taxa de recolha de resíduos.-----

-----No que respeita à mobilidade, o que vemos é o caos diário na cidade e no concelho.-----

-----Isso mesmo veio atestar o *Global Traffic Scorecard* dois mil e vinte e quatro.-----

-----Segundo o referido estudo, os barcelenses perdem em média vinte e duas horas por ano presos no trânsito, ocupando Barcelos o quinto lugar a nível nacional nas cidades que mais horas perdem no trânsito.-----

-----O mesmo se diga quanto à rede viária que se vai depauperando e o que



era uma preocupação até dois mil e vinte e um deixou de o ser.-----

-----Na relação com as freguesias, vimos, uma vez mais, muitas promessas que são desmentidas diariamente.-----

-----Desde logo, porque este executivo não cumpre com o protocolo dos duzentos por cento. Apesar de ter prometido trezentos por cento quando era oposição, vem agora cortar nas verbas a atribuir às freguesias, não respeitando os duzentos por cento como já vimos aqui em sessões anteriores.-----

-----Também o programa Novos Caminhos veio demonstrar o desrespeito com que são tratadas as nossas freguesias, que ainda hoje desesperam pelas prometidas verbas que não chegam e continuam sem saber com o que podem contar.-----

-----Nas obras municipais, o caos é completo!-----

-----São derrapagens atrás de derrapagens no tempo e nos respetivos custos para o erário público!-----

-----Disso mesmo são bons exemplos:-----

-----O Mercado Municipal, que continua fechado aos barcelenses *sine die*, com promessas adiadas e com a fatura a aumentar sucessivamente! Adjudicado por dois vírgula oito milhões de euros a obra vai já em cerca de quatro milhões.-

-----Ou a Casa Conde Vilas Boas, que também continua encerrada sem que se saiba quando estará ao serviço dos barcelenses e que já originou a perda de dois vírgula três milhões de euros de financiamento público.-----

-----Quase um mandato depois, será que a culpa ainda será de outros?-----

-----Senhoras e Senhores Deputados,-----

-----A pouco mais de seis meses das próximas eleições autárquicas, o senhor presidente da Câmara já demonstrou que não está à altura da cadeira que ocupa, sendo notória a falta de competência política para gerir os destinos deste nobre concelho.-----



-----"Muita parra e pouca uva", é um velho ditado popular, mas que continua pleno de atualidade quando olhamos para o desempenho deste executivo.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos entrar na segunda ronda de intervenções.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Social Democrata tem a intervenção do senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----Somente para partilhar com vocês a posição do PSD em relação às moções hoje aqui apresentadas.-----

-----Relativamente à moção do Todos Barcelos votaremos a favor pois o PSD é defensor da igualdade de género, raça, etnia, idade, religião ou deficiência. O PSD é, e sempre foi desde a sua génese, contra toda e qualquer tipo de discriminação.-----

-----Em relação à moção do Bloco de Esquerda votaremos contra pois acreditamos que a Lei dos Solos pode dar um contributo para a resolução do grave problema da habitação em Portugal, proporcionando a construção de mais casas e casas mais baratas para a classe média.-----

-----Relativamente à necessidade da informação ser pública e transparente parece-nos que a obrigatoriedade dos processos serem aprovados em sede da Assembleia Municipal ajuda a tornar os processos conhecidos pelos deputados municipais e por todos os cidadãos em geral, pois as Assembleias Municipais são



públicas.-----

-----Também não nos parece expectável que de um momento para o outro exista um crescimento significativo e descontrolado da passagem de solo rural para solo urbano, pois a lei define regras bem claras sobre essa passagem. Aceitaríamos uma discussão que nos levaria a melhorar a Lei dos Solos, mas não a sua revogação pelos aspetos que referi anteriormente.-----

-----Relativamente à intervenção do Partido Socialista dizer só que o endividamento em dois mil e nove era de cinquenta milhões de euros, o endividamento em dois mil e vinte e um passava de duzentos milhões de euros, ou seja, quadruplicou em doze anos.-----

-----E ainda tive a esperança que o senhor deputado Nuno Martins falasse da grande promessa do Partido Socialista, em dois mil e nove, para vencer as eleições autárquicas, que era baixar o preço da água em cinquenta por cento. Mas não chegou a ter essa coragem política de falar na promessa ilusória do Partido Socialista, o que é bem revelador dos doze anos de gestão autárquica do Partido Socialista à frente dos destinos de Barcelos.-----

-----Depois falar também do Mercado Municipal, da forma como deixaram o Mercado Municipal e com os erros arquitetónicos que lá deixaram, que o executivo municipal está a tentar resolver, é no mínimo, senhor deputado, surreal e demonstra um desconhecimento da forma como está o Mercado Municipal. E por acaso não o vi numa visita, solicitada pelo próprio PS, ao Mercado Municipal para ver *in loco* a forma como deixaram o Mercado Municipal.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.-----



DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssima Câmara, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Duas/três pequenas notas.-----

-----Em relação à moção do Todos Barcelos naturalmente que o CDS votará favoravelmente. Aliás, é pacífico, estamos de acordo, e, portanto, votamos a favor da moção.-----

-----Em relação à moção do Bloco de Esquerda, enfim, já não partilhamos a mesma opinião e, portanto, invertemos o sentido de voto, votaremos contra naturalmente.-----

-----Ora, sinceramente não percebemos esta preocupação do Bloco de Esquerda no ponto dois da sua moção, assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano. Ou seja, parte do princípio que concorda com esta Lei dos Solos e, portanto, quer assegurar a informação pública. Pelo menos é o que se depreende deste raciocínio. Já existe hoje e a própria Lei dos Solos no seu preâmbulo prevê precisamente, tem esta preocupação de transparência. E passo a ler: *“O exercício excecional de reclassificação do solo é legitimado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, refletindo, assim, um processo de decisão colegial, transparente e suscetível de integral escrutínio...”*. Portanto, está aqui assegurada a transparência da chamada Lei dos Solos. Portanto, votaremos contra.-----

-----Em relação à última intervenção do Partido Socialista. O Partido Socialista falar de mobilidade é algo caricato. Porque é que eu digo isto? Porque em doze anos do seu executivo, em termos de mobilidade, nada foi feito. Se os senhores me indicarem alguma obra em termos de mobilidade... eu não vejo uma única obra que o Partido Socialista esteja com razão para acusar este executivo de

Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

26

nada fazer em termos de mobilidade, quando sabemos que a circular está para breve a sua conclusão.-----

-----Em relação também à derrapagem de obras municipais. É curioso e quem anda aqui há muitos anos, já ando também aqui há muitos anos, eu lembro-me do Partido Socialista anunciar alto e bom som que na Casa do Conde Vilas Boas iria ser inaugurada uma exposição de um colecionador português chamado Paulo Parra. Meus senhores, até hoje não vimos, durante os doze anos do Partido Socialista tal não se concretizou.-----

-----Em relação ao saldo, enfim, falarei no ponto seguinte.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Público aqui presente, Comunicação Social aqui presente e quem nos acompanha via *Web*.-----

-----Eu começaria por dizer que é muito engraçado, é sempre interessante ver PS e PSD digladiarem-se, no fundo a dizer quem tem aqui o discurso mais bonito, quem se prepara aqui para as próximas eleições, com críticas para aqui, dizer que nós temos mais, nós fizemos menos, no fundo dizer quem é que é melhor.-----

-----Enquanto nos perdemos aqui nestes rodeios uma coisa é certa, as soluções continuam por acontecer quer da parte da governação PS, quer da parte da governação da atual coligação do PSD/CDS/BTF.-----



-----Eu até pegava na questão das águas que é sempre um tema premente, é sempre interessante, e parece que é esquecimento ver quando o PSD fala das águas, esquece-se aqui de uma que é das suas principais obras estruturantes no concelho que foi a aprovação da concessão, da privatização, do serviço de água e saneamento em dois mil e quatro, num executivo que contava com Mário Constantino. E isto é interessante ver porque parece que o PSD faz aqui um ato de revisão histórico e centra tudo no PS. Eu não estou aqui nem irei defender a atuação do PS durante os seus doze anos, porque há muito a ser dito, muitas coisas a ser criticadas, e a água é exatamente uma delas, mas é sempre interessante ver estas manobras de comunicação a acontecer.-----

-----Ainda assim o Bloco de Esquerda acha que nos afastamos do debate com isto, nós temos é que falar em soluções, e claramente aqui nesta esgrima, nesta discussão, os problemas continuam a acumular-se, a falta de soluções é gritante, e, enquanto isso, vemos a população barcelense a ficar cada vez mais reduzida, uma tendência nacional é certo, mas que infelizmente vemos jovens a sair de Barcelos. Porquê? Porque o concelho não é capaz de fixar tanto sob governação PS como governação PSD. Portanto, também tenhamos atenção a isso.-----

-----Por fim, relativamente à Lei dos Solos, é um bocado lamentável ver a posição dos partidos sobre isso e a forma de deturpar esta discussão, porque claramente, e conhecendo a posição por parte dos geógrafos, dos geólogos, que são os que mais trabalham o território, esta Lei dos Solos é, no mínimo, vergonhosa, vão vender o país por tuta-e-meia aos interesses imobiliários, não vão construir habitação. Andam aqui a prometer habitação, não vão construir habitação. Veja-se as atuais medidas do governo e do anterior governo como falharam e enquanto isso as rendas aumentam e aumentam e aumentam. Ainda hoje fui com uma amiga minha, uma jovem que também se queixa do preço das



rendas. O que é que as medidas do atual governo fazem para impedir? Zero. A Lei dos Solos vai resolver isto? Não. Pelo contrário, vai valorizar os terrenos e depois eu quero ver como é que vai haver aqui habitação. Como é que vai haver aqui habitação para as pessoas? Não vai. Não vai haver. Portanto, sejamos bem claros neste debate e, acima de tudo, sérios e vamos falar da questão das soluções para as pessoas.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Última intervenção no período de antes da ordem do dia do Partido Socialista, o senhor deputado Nuno Martins, tenha a bondade.-----

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Senhor presidente da Assembleia, na sua pessoa, renovo as saudações.-----

-----Relativamente às moções aqui apresentadas o Partido Socialista irá votar favoravelmente a moção apresentada pelo Todos Barcelos, enquanto evocação do Dia Mundial da Justiça Social.-----

-----O Partido Socialista irá abster-se na moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, sendo coerente com a posição do partido e acreditando que o diploma poderá ainda ser melhorado, não deixando, no entanto, de secundar algumas das preocupações do Bloco e de manifestar preocupação com a indefinição e até com as suspeitas que esta lei tem gerado no espaço público em geral e particularmente no debate político e na sua implicação até com alguns governantes.-----

-----Por outro lado também só aqui uma nota: quando quatro anos depois a preocupação que vem aqui demonstrar é acusar quem governou anteriormente e não defender o próprio legado, estamos conversados.-----

-----E sobre os tais duzentos milhões, senhor deputado, não tenha uma memória seletiva, porque todos nos lembramos quem é que assinou o acordo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das águas, foi o PSD. Portanto, é o PSD o responsável pelas consequências que o acordo da água tem para os barcelenses e continua a ter e graças a este mesmo PSD vai ter durante mais uns quantos anos.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminadas as intervenções no período de antes da ordem do dia, vamos passar às votações!-----

-----A primeira votação é sobre a moção do Todos Barcelos, uma moção sobre o Dia Mundial da Justiça Social, cuja conclusão é:-----

-----“A Assembleia Municipal de Barcelos, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, delibera aprovar esta moção do Dia Mundial da Justiça Social como forma de assinalar o compromisso de Barcelos, do município, dos cidadãos, e das instituições com os princípios de equidade, inclusão e solidariedade, reforçando a importância de promover políticas públicas e ações que garantam a igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades sociais e económicas”.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----A moção está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)-----

-----Moção do Bloco de Esquerda sobre a “Expansão do solo urbano em detrimento do rústico: risco de um desastre anunciado”.-----

-----Tem dois pontos de conclusões:-----

-----“Ponto um – Defender a revogação do Decreto-Lei número cento e dezassete/dois mil e vinte e quatro pelos gravíssimos impactos da sua



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aplicação;-----

-----Ponto dois – Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano”.-----

-----Quem vota a favor desta moção?-----

----- (Três: dois BE, um PCP)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Trinta e seis: trinta e quatro PS, um TB, um IND)-----

-----A moção foi rejeitada tendo a favor três votos, trinta e seis abstenções e setenta e sete votos contra (catorze PS, trinta e três PSD, dois CH, dois CDS, vinte e seis IND).-----

-----Terminado o período de votações e o período de antes da ordem do dia, vamos passar ao período de intervenção do público.-----

-----Neste período, uma inscrição da senhora Ana Isabel Félix Costa Carvalho, que vai falar sobre o papel do escutismo no desenvolvimento local.-----

-----Se estiver presente fazia o favor de fazer a sua intervenção.-----

PÚBLICO – Ana Félix – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Barcelenses.-----

-----O meu nome é Ana Félix e falo na qualidade de cidadã envolvida no movimento escutista. Hoje, trago à vossa consideração um tema de grande importância para a comunidade jovem: a Educação para a Cidadania e o papel do Escutismo no desenvolvimento local.-----

-----Ao longo dos últimos dois mandatos da atual equipa da Junta de Núcleo de Barcelos – estrutura local do Corpo Nacional de Escutas (CNE) –, da qual fiz parte, tenho constatado a dificuldade na interação entre o movimento escutista e a autarquia, sobretudo quando comparada com municípios vizinhos. Esta



realidade tem gerado desmotivação entre os membros do movimento, uma vez que, em atividades nacionais e regionais, os nossos jovens constataam diferenças significativas em termos de apoios e incentivos oferecidos por outras autarquias.-----

-----Enquanto membro da equipa de direção local do escutismo em Barcelos e em contacto com dirigentes de outros municípios, percebi que a grande diferença reside na capacidade de articulação entre o movimento e as autarquias. O escutismo assenta na formação para a cidadania ativa e, para que possa continuar a cumprir esta missão, é fundamental estabelecer uma relação mais próxima e produtiva com o município.-----

-----Muitos jovens e adultos do movimento expressam frequentemente frustração com comparações como: "O agrupamento tal consegue o que precisa em termos de verbas" ou "As atividades do Núcleo tal são mais enriquecedoras do que as do Núcleo de Barcelos". Estas questões prendem-se mais com a comunicação e colaboração entre a direção escutista local e o município do que com a falta de vontade de concretizar projetos.-----

-----A cidadania ativa é essencial para o desenvolvimento sustentável da sociedade, e foi exatamente esse princípio que deu origem ao escutismo. Baden-Powell, fundador do movimento, transformou jovens marginalizados em cidadãos participativos através de dinâmicas que ainda hoje aplicamos e aprimoramos. O lema "Deixar o mundo um pouco melhor" traduz bem o nosso compromisso: formar jovens responsáveis, interventivos e conscientes do seu papel na sociedade.-----

-----A cidadania ativa não se ensina apenas nos livros. Se o município pretende, no futuro, cidadãos mais participativos, conscientes e eleitores responsáveis, é essencial começar a envolvê-los desde cedo em dinâmicas que promovam o sentido de pertença e responsabilidade social. Infelizmente,

muitos jovens hoje desvalorizam o seu papel na sociedade, não reconhecem a importância do associativismo e, conseqüentemente, afastam-se da vida cívica e política do município.-----

-----O escutismo combate essa apatia desde a infância, promovendo valores de serviço, compromisso e intervenção ativa. Um jovem que aprende a cuidar do seu meio ambiente, a trabalhar em equipa e a tomar decisões para o bem comum será, no futuro, um adulto mais consciente do seu papel na sociedade.--

-----A pergunta que se impõe é: o município quer eleitores passivos ou cidadãos ativos? O escutismo é um aliado natural da autarquia na formação de jovens responsáveis e participativos. Ignorar este potencial significa perder a oportunidade de preparar as futuras gerações para assumirem um papel relevante na comunidade.-----

-----Este movimento, que acaba de celebrar cem anos em Barcelos e que comemorou o centenário nacional em Braga, em dois mil e vinte e três, existe mundialmente desde mil, novecentos e sete. Com mais de mil e oitocentos escuteiros no concelho, o escutismo merece o devido reconhecimento pelo seu impacto educativo e social.-----

-----Assim, venho solicitar formalmente que a Câmara Municipal promova uma reunião com a equipa de direção local do escutismo, em conjunto com os responsáveis pelos pelouros do associativismo e da educação. O objetivo é analisar as mais-valias que este movimento pode oferecer numa parceria com o município, garantindo uma resposta eficaz e estruturada.-----

-----Exemplos de atividades:-----

-----Seriam atividades de cidadania ativa no verão;-----

-----Ações de sensibilização e intervenção cívica;-----

-----Projetos ligados à saúde, bem-estar e sobrevivência ao ar livre.-----

-----Importa salientar que o escutismo não se sustenta apenas em apoios



financeiros. O movimento fomenta a autonomia económica e a responsabilidade dos jovens, incentivando-os a serem cidadãos ativos e conscientes.-----

-----Por outro lado, aproxima-se o fim do atual mandato da direção local, este mês inicia-se o processo de candidaturas e é essencial garantir que exista uma equipa motivada para dar continuidade ao trabalho desenvolvido. Há seis anos, a falta de interessados levou a um interregno de três meses até que uma nova equipa, da qual fiz parte, assumisse a liderança. Não queremos que a história se repita. O apoio da autarquia é determinante para que este movimento continue a crescer e a impactar a vida dos jovens Barcelenses.-----

-----São necessárias soluções concretas e urgentes.-----

-----Conto com o compromisso desta Assembleia para garantir um novo olhar sobre este movimento mundial juvenil, no município.-----

-----Agradeço a vossa atenção e espero que este tema seja tratado com a urgência que merece.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado pela sua intervenção.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja fazer algum comentário? Faz favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Caríssimo Público, Comunicação Social.-----

-----Queria agradecer a intervenção da senhora dona Ana Isabel, dizendo que efetivamente nós temos essa preocupação e é por isso que temos apoiado de uma forma muito evidente, aliás, até com algumas recomendações do Partido Socialista, em reunião de Câmara, que os subsídios que entregávamos às associações escutistas não deveriam ser dessa forma, porque estaríamos a

violar, segundo eles, alguma lei, no sentido de que os edifícios foram cedidos pela Câmara e as obras eram feitas nesses edifícios pelas associações de escuteiros.-----

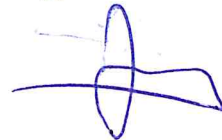
-----Portanto, não temos essa visão, até porque tenho reunido com o presidente, o Tiago, e com o vice-presidente, o Pedro Pereira, e não tem sido esse o *feedback* que me tem sido dado.-----

-----Em três anos (vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro) atribuímos cento e quarenta mil euros ao associativismo escutista, sendo que noventa e um mil em obras, quarenta e um mil e duzentos em acampamentos e oito mil noutras ações, para além de todo o apoio logístico, todo o apoio técnico e cedências de materiais.-----

-----Não foi por acaso que foi realizado aqui em Barcelos o ACANUC este ano, com uma participação enorme de escutistas, mais de mil, representando Barcelos, estivemos presentes, quer eu, quer o senhor vereador, e nos diferentes dias, e todos os dirigentes do Núcleo manifestaram-se satisfeitos com o apoio que a Câmara tem dado. Portanto, eu respeito a sua opinião, mas os interlocutores que temos tido não manifestaram nenhuma vez essa preocupação.-----

-----Quanto a ser bem recebidos, eu perguntei rapidamente aqui à senhora vereadora da juventude e ao senhor vereador do associativismo se havia alguma reunião pendente ou algum pedido que não tivesse sido satisfeito. Não existe. Portanto, embora respeitando a sua opinião, não vejo nenhuma correspondência à realidade.-----

-----Pese embora, e para mostrar consideração e respeito por o que aqui nos disse, e porque temos a noção que o escutismo é fundamental para a formação dos jovens, porque respeita valores fundamentais como o da sustentabilidade, da justiça, do equilíbrio, da humildade, da integração, eu próprio irei promover



muito rapidamente uma reunião com o Tiago e com o Pedro, para tentar perceber quais são os desconfortos que existem e onde nós podemos de alguma maneira também continuar a colaborar na medida que temos vindo a colaborar.-----

-----Como eu vos explicitiei, em três anos foram cento e quarenta mil euros para o escutismo, não tem paralelo os anos anteriores, portanto, não percebo onde é que está aqui o desfasamento.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos entrar no período da ordem do dia, ponto um, que é: aprovação das atas da sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Propunha a dispensa da leitura das atas.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está dispensada a leitura das atas.-----

-----Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira – Boa noite.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Não obstante a decisão de indeferimento da providencia cautelar, que é apenas uma etapa do processo, aguardaremos, muito serenamente, pelo eventual recurso e sem dúvida pelo veredito da ação principal e seu trânsito em julgado, até que seja feita jurisprudência, só possível num Estado de direito



democrático.-----

-----Para que fique bem claro e para memória futura, o BTF pretende que a aplicação da lei seja geral e abstrata. E ainda porque a existência alargada de grupos municipais amplia a representatividade mais livre, plural e participativa, de acordo com os valores da democracia e da Constituição.-----

-----Reafirmar, ainda, a total lealdade e solidariedade política sobre os compromissos assumidos com os demais parceiros da coligação, sem beliscar a autoridade de qualquer órgão autárquico, com particular destaque para o senhor presidente da Câmara, que jamais e alguma vez quisemos beliscar neste e em futuros mandatos, enquanto parceiros da coligação.-----

-----Portanto, que se deliciem todos quantos com este assunto se lhes oferece prazer e felicidade!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar às votações das atas!-----

-----Ata da primeira reunião de doze do doze de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).-----

-----Ata da segunda reunião de catorze do doze de dois mil e vinte e quatro.--

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e três PSD, dois



CH, um TB, dois CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).-----

-----Ponto dois da ordem de trabalhos: apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano dois mil e vinte e quatro.-----

-----Tem-se privilegiado o trabalho da CPCJ e convidou-se a senhora presidente para proferir aqui uma intervenção para apresentar o relatório e tornar esta realidade do conhecimento de toda a Assembleia.-----

-----Tenha a bondade, senhora presidente, que é a Dra. Paula Oliveira.-----

PRESIDENTE DA CPCJ – Paula Oliveira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Distintos Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Em nome da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos, apresento os meus sinceros agradecimentos pelo convite para expor o relatório de atividades referentes ao ano de dois mil e vinte e quatro. É com elevado sentido de responsabilidade que aqui comparecemos para partilhar o trabalho desenvolvido ao longo do último ano, sublinhando a missão essencial desta Comissão na promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens do nosso concelho.-----

-----A CPCJ de Barcelos é uma entidade de carácter não judiciário, dotada de autonomia funcional, cuja logística, financiamento e administração estão assegurados pelo Município de Barcelos. A sua missão centra-se na prevenção e cessação de situações de perigo que possam comprometer a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Para tal opera em duas modalidades: alargada e restrita.-----

-----A Comissão Alargada, constituída por representantes de diversas entidades públicas e privadas (Município, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, IPSS's ou



outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de proteção, respostas sociais de caráter residencial e não residencial, IEFP, associações ou outras organizações privadas que desenvolvam atividades desportivas, culturais ou recreativas, autoridades policiais, dois elementos cooptados e quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal), desenvolve ações de sensibilização e prevenção, reunindo mensalmente. Durante o ano de dois mil e vinte e quatro, realizou nove reuniões plenárias.-----

-----A Comissão Restrita, com competência para intervir diretamente nas situações de perigo, reuniu-se semanalmente ao longo do ano, totalizando noventa e duas reuniões, das quais setenta ordinárias e vinte e duas extraordinárias. Importa referir que a CPCJ de Barcelos se enquadra na tipologia seis, o que implica uma composição obrigatória específica, incluindo um representante do município, um do Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, um da Educação, um da Saúde e das IPSS's de caráter residencial, com uma afetação de trinta e cinco horas semanais.-----

-----A tipologia seis prevê ainda um apoio técnico que é assegurado pelo Ministério da Educação, conforme protocolado. Não obstante, o Município de Barcelos disponibiliza ainda um apoio técnico adicional de vinte e oito horas, bem como um motorista, além do seu representante e do apoio administrativo.-

-----Importa ainda referir que se verifica um incumprimento por parte dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde relativamente às trinta e cinco horas obrigatórias de afetação dos seus representantes, afetando o trabalho e a capacidade de resposta da Comissão.---

-----Encontra-se ainda por substituir o representante das IPSS's sem caráter residencial que cessou funções em dois mil e vinte e quatro.-----

-----Relativamente ao volume processual, em dois mil e vinte e quatro,



registrou-se um aumento significativo do volume processual, evidenciado pelos seguintes dados:-----

-----Foram recebidos seiscentos e treze novos processos, representando um aumento de dez vírgula cinco por cento face a dois mil e vinte e três;-----

-----Foram cessadas quatrocentas e vinte intervenções, das quais cento e sete processos foram arquivados liminarmente;-----

-----No final de dois mil e vinte e quatro, cento e noventa e três processos permaneciam ativos, transitando para dois mil e vinte e cinco.-----

-----Relativamente às situações reportadas:-----

-----Registaram-se quinhentas e cinquenta e nove comunicações, correspondendo a um aumento de vinte e sete por cento face ao ano anterior;--

-----As principais entidades comunicantes foram as autoridades policiais (duzentas e quarenta) e os estabelecimentos de ensino (cem);-----

-----A violência doméstica e a negligência foram as problemáticas mais sinalizadas;-----

-----Foram aplicadas setenta e quatro medidas de promoção e proteção, das quais sessenta e quatro foram executadas em meio natural de vida, nomeadamente junto dos pais e dez em acolhimento residencial;-----

-----Dos processos acompanhados, quarenta e sete por cento referem-se a crianças do sexo feminino e cinquenta e três por cento do sexo masculino;-----

-----Contrariando a tendência de dois mil e vinte e três, a faixa etária mais prevalente situou-se entre os quinze e os dezasseis anos, seguida pela faixa dos onze aos catorze anos;-----

-----A maioria das crianças acompanhadas eram de nacionalidade portuguesa (trezentas e oitenta e duas), seguidas da nacionalidade brasileira (cinquenta);----

-----O meio de comunicação mais utilizado para a sinalização foi o correio eletrónico;-----



-----Relativamente ao arquivamento dos processos, os dois principais motivos foram “a situação de perigo já não subsiste” e a remessa para tribunal.-----

-----Durante o ano de dois mil e vinte e quatro, a CPCJ de Barcelos promoveu diversas iniciativas, destacando-se:-----

-----Participação no Quarto Congresso Intermunicipal sobre Proteção de Crianças e Jovens;-----

-----Organização do evento “Laço Humano Luminoso”;-----

-----Realização da ação solidária “Prendas para Todos”, com o apoio da Intensify World;-----

-----Realização da atividade “Mini Guardas” em parceria com as autoridades locais;-----

-----Desenvolvimento de várias ações de sensibilização direcionadas para crianças e jovens sobre diversas temáticas (violência no namoro, educar para o direito, etc.).-----

-----O aumento do volume processual, bem como a elevada incidência de casos de violência doméstica, reforça a necessidade de um investimento acrescido na capacitação dos técnicos, assegurando assim uma resposta eficaz e atempada.-----

-----A CPCJ de Barcelos enfrentou constrangimentos decorrentes da reestruturação da equipa, tornando evidente a necessidade de reforço de recursos humanos. Neste sentido, estão em curso reuniões com representantes das associações de pais e das IPSS's para otimização da resposta social.-----

-----Adicionalmente, é premente assegurar respostas céleres por parte das entidades competentes, nomeadamente no acesso a consultas de pedopsiquiatria e psicologia, uma vez que a demora nesses atendimentos leva muitas famílias a recorrer ao setor privado, gerando encargos muitas vezes in comportáveis.-----



-----É também essencial continuar a fomentar o trabalho em rede, tanto no âmbito da Comissão Alargada como na interação com outras entidades relevantes como, por exemplo, a Divisão da Ação Social e Saúde, a Saúde, a Educação, entre outras, com vista a um reforço da prevenção e intervenção eficaz.-----

-----Por último, expresso o meu reconhecimento a todos os membros da CPCJ de Barcelos pelo compromisso demonstrado ao longo de dois mil e vinte e quatro. Destaco, em particular, os elementos da Comissão Restrita pelo seu empenho, resiliência e dedicação.-----

-----Dirijo ainda um agradecimento especial à professora Ana Maria Sobreiro, que cessou as suas funções enquanto presidente desta Comissão no passado mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelo seu profissionalismo e dedicação ao longo destes anos. Deixo ainda um agradecimento pessoal pela sua disponibilidade e ajuda fulcral nesta passagem de testemunho.-----

-----Este reconhecimento estende-se, igualmente, aos representantes das diferentes entidades que integraram esta Comissão ao longo do ano de dois mil e vinte e quatro e que, entretanto, cessaram funções, assim como aos estagiários que, de forma profícua, desenvolveram os seus estágios académicos e profissionais.-----

-----A CPCJ de Barcelos permanece empenhada na sua missão de proteger e promover os direitos das crianças e jovens, reforçando parcerias e garantindo respostas adequadas.-----

-----Muito obrigada a todos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora presidente da CPCJ.----

-----Vou abrir as inscrições!-----

-----Quem deseja falar neste ponto?-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de



Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha via *Web*.-----

-----É uma intervenção muito objetiva e muito curta. Em primeiro lugar, para agradecer à senhora presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos a disponibilidade para vir cá expor muitas das situações do seu relatório, assim como fez junto da Comissão Permanente. E, por outro lado, dar uma saudação a toda a equipa que trabalha sobre estas temáticas e sobre estas questões tão prementes a nível nacional, mas concretamente no nosso concelho.-----

-----Na verdade, há aqui um aumento de casos que é sempre preocupante, um aumento na ordem dos dez ponto cinco, ainda para mais numa outra situação que também carece de alguma interpretação, que é o facto de ser um aumento particularmente numa idade mais sensível, de uma adolescência mais adiantada, entre os quinze e os dezassete anos, que merece porventura alguma consideração mais precisa e mais refinada por assim dizer.-----

-----Eu já na altura questioneei a senhora presidente sobre isso e a senhora presidente foi muito clara em dizer que não há uma relação direta entre o aumento de casos e o aumento da imigração. Isto é importante referir. Pode parecer um pormenor, mas é importante referir. No tempo que corre, onde tanta gente cavalga sobre estas situações, é importante referir este facto e comprová-lo que não há aqui uma relação direta entre o aumento dos casos e esta situação da imigração. Portanto, há uma necessidade de expor esta situação nesse sentido.-----

-----Por fim, dizer que os casos são particularmente de violência doméstica e muita violência no namoro que é preciso saber atuar, nomeadamente na



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

43

sinalização feita através das forças policiais e muito das escolas, muito particularmente das escolas. E o meu apelo para a senhora presidente vai nesse sentido, que este trabalho de parceria com as escolas seja cada vez mais intenso, até para dar confiança e fazer acreditar a quem porventura necessita de apresentar queixas muitas vezes em situação de muita fragilidade.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Gostaria de agradecer, em nome do CDS, à senhora presidente da CPCJ de Barcelos, a exposição ora feita, onde faz um resumo claro do que é a CPCJ, das suas funções e das suas dificuldades.-----

-----Agradecer também a clareza de exposição no relatório de atividades de dois mil e vinte e quatro, que nos fez chegar.-----

-----Agradecer, ainda, a toda a equipa da CPCJ o excelente trabalho desenvolvido no concelho de Barcelos, apesar da falta de recursos humanos com que se tem confrontado.-----

-----Registamos também com agrado o apoio que tem sido prestado à Comissão pelo Município de Barcelos, que vai muito para além do que estava obrigado.-----

-----Do relatório ora apresentado, podemos constatar um aumento do volume processual, ligeiro é certo, sendo as problemáticas da violência doméstica e a da negligência as que continuam a assumir, infelizmente, um papel de destaque nos comportamentos que possam comprometer o bem-estar

e desenvolvimento das crianças.-----

-----Desejamos à CPCJ os maiores sucessos no seu trabalho, para bem de todos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Pedro Sousa, do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Pedro Sousa – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Caras e Caros Membros desta Assembleia, Público aqui presente e a assistir em casa, Comunicação Social.-----

-----A nossa intervenção neste ponto dividir-se-á entre passado e futuro.-----

-----Em relação ao passado, nomeadamente dois mil e vinte e quatro, este ano registou, conforme consta do relatório da CPCJ a que tivemos acesso, um aumento de dez vírgula cinco por cento nos processos entrados face ao ano anterior, o que nos deve preocupar a todos. Como não será de admirar, as entidades com mais sinalizações são as forças de segurança, sendo a violência doméstica e a negligência, de longe, as problemáticas mais sinalizadas em dois mil e vinte e quatro, com a faixa etária dos jovens (quinze a dezassete anos) a ser a mais prevalente, ao contrário do ano anterior.-----

-----Sem desprimor para os demais, apelamos a que todos, enquanto sociedade, possamos combater estes problemas que, infelizmente, ainda são decorrentes no nosso quotidiano.-----

-----Para concluir o passado, não podemos deixar de agradecer e enaltecer o trabalho da Comissão presidida pela professora Ana Maria Sobreiro, quer por parte da restrita, quer da alargada.-----

-----Em relação ao futuro, o Grupo Municipal do PSD Barcelos reitera o seu



apelo a que todas as entidades e todos, enquanto sociedade, possamos contribuir para que o volume processual global desta CPCJ possa baixar, reduzindo-se, por tal, o número de processos de promoção e proteção e processos transferidos.-----

-----Não poderíamos concluir sem desejar à Dra. Paula Oliveira, e aos elementos da restrita e da alargada, um grande trabalho em prol daqueles que mais necessitam de cuidado, atenção, carinho e amor, que são as nossas crianças e os nossos jovens.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos entrar no ponto número três da ordem de trabalhos: apreciação dos Relatórios de Atividades dos Representantes da Assembleia Municipal nas diversas Entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento.-----

-----Intervenções para este ponto!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez, boa noite.-----

-----Senhor presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha via *Web*.-----

-----Uma intervenção muito objetiva sobre algumas questões que aqui são colocadas e mais em jeito de consideração dizer que na verdade nem todas as comissões apresentam os seus relatórios, pelo menos quanto é visível nesta situação, o que é de todo, pronto, não diria inaceitável, mas incompreensível, porque assim deve ser feito, portanto, prestar contas daquilo que é o trabalho das próprias comissões.-----

-----E dentro de cada uma das comissões há formas diferentes de apresentar



esses relatórios, que em certa medida é entendível, pelo menos em algumas situações, noutras nem por isso.-----

-----Por exemplo, realço o relatório apresentado pelo Conselho Municipal de Educação, a senhora deputada Tânia Ferreira apresentou o relatório exatamente como deve ser apresentado, ou seja, uma relatório pormenorizado da atividade e daquilo que realmente existiu durante este período de tempo. É assim que deve ser feito um relatório destas comissões.-----

-----Já não acontece o mesmo com outros casos e com outros relatórios, porque não retrata ou não reproduz aquilo que é exatamente a função de um deputado municipal pertencente a cada uma destas comissões ou de cada uma destes conselhos, conforme os casos.-----

-----Por fim, fazer uma referência em relação à CIM Cávado. Só é focado duas reuniões existentes neste período de tempo e uma delas não faz muito sentido que tenha coincidido, à mesma hora e no mesmo dia, com uma reunião da Assembleia Municipal de Barcelos. Há aqui qualquer coisa que não bate certo. Porque na realidade não deve ser assim, não deve coincidir reuniões com membros que fazem parte dessas comissões e que pertençam simultaneamente à Assembleia Municipal de Barcelos.-----

-----E depois o que é referido é muito pouco. Eu fico a pensar que porventura não houve nenhuma intervenção, pelo menos não é retratado nem relatado tal, nenhuma intervenção de nenhum deputado, nem do Partido Socialista nem do PSD, porque na realidade não é focado nenhuma destas situações. E, por isso, gostaria até de um esclarecimento sobre essa mesma situação.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da



Asssembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Como já tivemos oportunidade de o referir em anteriores reuniões da Assembleia Municipal, o CDS não pode deixar de elogiar a mesa da Assembleia Municipal, em especial o seu presidente, por esta forma de relacionamento, implementada no presente mandato, entre a Assembleia Municipal e os elementos por si indicados para comporem as entidades externas.-----

-----A apreciação na Assembleia Municipal, do relatório anual dos seus representantes nessas entidades externas, é uma excelente via para comprometer os elementos eleitos pela Assembleia Municipal, no trabalho dessas entidades de que façam parte, publicitando e dando a conhecer o seu trabalho.-----

-----Pena é que nem todos os representantes da Assembleia Municipal tenham apresentado o relatório das suas atividades do ano transato, inviabilizando assim que esta Assembleia Municipal conhecesse o trabalho realizado por esses mesmos elementos, bem como das entidades de que façam parte.-----

-----O CDS deseja o maior sucesso no trabalho de cada um dos elementos da Assembleia Municipal nessas entidades externas, sendo o seu sucesso uma mais-valia para barcelenses.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Apenas para dizer que houve alguns relatórios que não foram apresentados por razões diversas. Portanto, esta metodologia de ouvir os representantes da Assembleia Municipal dos órgãos externos é quase uma coisa nova no panorama nacional. Os elementos são indicados e depois ficam nas comissões, ou nessas entidades, e a sua relação com a Assembleia Municipal



esbate-se, ou um pouco como que desaparece.-----

-----É uma obrigação legal apresentar esse mesmo relatório de atividades, ser apreciado aqui anualmente, temos feito isso aqui, alguns elementos não conseguiram por razões diversas apresentar os seus relatórios, já sucedeu o mesmo no ano transato, no ano transato eles foram ouvidos, foram à Comissão Permanente dar explicações e falar sobre isso. E também é intenção da Comissão Permanente, aqueles que não apresentaram relatório, serem depois, em sede de Comissão Permanente, ouvidos e apresentado esse relatório de atividades. Portanto, era só para informar a Assembleia desta metodologia que iremos seguir.-----

-----Pontos seguintes da ordem de trabalhos: ponto quatro e ponto cinco.-----

-----Ponto quatro: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos Um;-----

-----Ponto cinco: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para:
a) aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos.-----

-----Há aqui uma certa anuência de podermos discutir os dois pontos. Se ninguém se opuser vamos discutir os dois pontos em conjunto e depois faremos a votação em separado.-----

-----Abria então as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo senhor presidente, na sua pessoa, renovo os cumprimentos a todos os presentes.-----



-----Serei muito telegráfico até porque estamos certamente perante um tema em que há um acordo generalizado, diria.-----

-----Todos concordamos que o hospital é de vital importância para Barcelos e para a região, se juntarmos a população de Barcelos e a população de Esposende estamos a falar de mais de cento e cinquenta mil pessoas, se atendermos ao fenómeno da sazonalidade de Esposende, que praticamente triplica nos meses de verão, estaremos a falar de cerca de duzentas mil pessoas.-----

-----O novo Hospital está anacrónico, decrepito, não cumpre as exigências das populações nem as exigências clínicas.-----

-----Os profissionais reconhecidamente são competentes e se cumprem exemplarmente as suas funções nestas condições imaginamos como será uma nova casa.-----

-----Eu queria aproveitar o momento para realçar a postura responsável, cordial e abnegada com que todos os partidos entraram nesta luta em sede de Comissão de Saúde. No fundo, todos nós relegámos para segundo plano as questões mais ideológicas e político-partidárias. Acho que todos soubemos colocar os interesses das populações acima de tudo. Não quer dizer que o mérito tenha sido da comissão, mas esta junção de esforços certamente contribuiu para esta realidade.-----

-----O que eu quero agora deixar aqui para terminar é que é hora de arregaçar as mangas, pôr as mãos na massa e iniciar a obra.-----

-----O TB votará favoravelmente os pontos quatro e cinco e selará com uma declaração de voto escrita.-----

-----O que eu espero sinceramente é que este passo represente um ponto de não retorno, ou seja, a partir daqui não há mais volta a dar e o hospital será uma realidade, e estamos convictos que o tema ganhe tração e que de facto a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

breve trecho o novo Hospital para a região seja uma realidade.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Brito, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Carlos Brito – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Caros Barcelenses aqui presentes e via *Web*.-----

-----Relativamente a estes dois pontos, que estão a votação, o ponto quatro, a versão final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos Um, e ponto cinco, a aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros, nos termos do *“Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”*, bem como a *“aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor”*, naturalmente o Partido Socialista votará favoravelmente, tal como o fez em reunião de Câmara, e congratula-se com a concretização de mais um passo no longo caminho que vem sendo trilhado até à construção do novo Hospital.-----

-----Este é mais um passo que vem no seguimento da aprovação por esta Assembleia no mandato anterior, em doze de fevereiro de dois mil e vinte e um, de uma autorização à Câmara Municipal para aquisição dos terrenos do novo Hospital.-----

-----Salientar que, desde o início, o Partido Socialista demonstrou o seu compromisso em concretizar um sonho dos barcelenses: o novo Hospital.-----

-----Diga-se, em abono da verdade, que todas as forças políticas aqui



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

51

presentes, de uma forma ou de outra, sempre contribuíram para este objetivo comum.-----

-----O PS Barcelos sempre demonstrou junto dos governos a necessidade e a urgência de um novo Hospital para Barcelos.-----

-----Embora reconheçamos que nem sempre os sucessivos governos dos dois maiores partidos foram tão diligentes quanto entendíamos que o deveriam ter sido, recordamos que o programa funcional foi aprovado pelo governo anterior, depois da revisão feita pela respetiva comissão, também constituída pelo governo anterior.-----

-----E recordamos também que o ministro da saúde anterior, Manuel Pizarro, assinou em onze de março de dois mil e vinte e quatro o despacho que aprovou o *“perfil assistencial e área de influência, dimensionamento e programa funcional revistos do novo Hospital, bem como o estudo de viabilidade económico-financeira”*.-----

-----Relativamente ao Plano de Pormenor hoje a votação e que esteve em discussão pública, registamos com preocupação o facto de um projeto desta envergadura não ter recebido qualquer contributo, o que poderá atestar que este executivo não consegue promover uma verdadeira política participativa, bem pelo contrário, o seu desempenho não entusiasma os barcelenses, mesmo que o assunto seja o novo Hospital.-----

-----Ainda a respeito do Plano de Pormenor, esperamos que a elevada densidade construtiva, com pouca distância entre edifícios e a carência de espaços verdes não venham a criar problemas no futuro.-----

-----Tal como tem sucedido, o Partido Socialista continuará disponível para dar o seu contributo nesta matéria que reúne consenso geral de todas as forças políticas e dos barcelenses.-----

-----Apelo, pois, senhoras e senhores deputados, ao reconhecimento do



mérito do trabalho iniciado pelo Partido Socialista, e apelo ao executivo que, de forma responsável e empenhada, aplique todos os esforços no seguimento deste projeto, que é sinónimo de progresso e de desenvolvimento para o nosso concelho.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra a senhora deputada independente Sara Magalhães.-----

DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães – Muito boa noite.-----

-----Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, estimados Membros desta Assembleia, Caríssimo Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Há cerca de oito meses, na sessão pública de vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro comecei a minha intervenção sobre o ponto dez daquela ordem do dia, relativo à discussão e aprovação do acordo de cedências e urbanização para a execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos UM, com a seguinte afirmação:-----

-----Lá diz o sábio povo no seu provérbio: “Tudo está bem quando acaba bem”.-----

-----E hoje pretendo dar ainda mais ênfase a este provérbio sobre a discussão dos pontos quatro e cinco da ordem do dia, porque, afinal, é mesmo acabar com um processo complexo e de difícil execução.-----

-----No ponto quatro vamos votar a “*Versão final do Plano de Pormenor do Centro do Hospitalar de Barcelos Um*”.-----

-----E no ponto cinco a aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros de euros, nos termos do “*Acordo de Cedência e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos*”, bem como



aprovar “o projeto/minuta da escritura pública de compra e venda, do terreno necessário à execução...” .-----

-----Ora, aqui chegados, podemos dizer com toda a segurança o quanto foram injustas as críticas formuladas a este executivo por tão tardiamente adquirir não o dito terreno dos “famosos” quatro milhões de euros, mas por tudo quanto faltava para tornar exequível tão complexo processo.-----

-----Vejam os o que faltava desencadear em todo o processo, a começar com a aprovação do Plano de Pormenor por todas as instituições externas do município:-----

-----Cedência de sessenta e cinco mil, novecentos e vinte metros quadrados a título oneroso por quatro milhões de euros;-----

-----Transmissão de uma área de oitenta e nove mil, novecentos e trinta metros quadrados a título de antecipação de cedências urbanísticas;-----

-----Isenção de taxas relativas às obras de urbanização e edificação;-----

-----Isenção do IMI por cinco anos podendo ser prorrogado até dez anos.-----

-----Aliás, todos estes instrumentos com implicações financeiras e patrimoniais já foram aprovados por unanimidade na sessão pública de vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro e agora só resta a efetiva operacionalização de tudo quanto foi discutido e aprovado.-----

-----Assim o município obtém a propriedade de cento e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta metros quadrados (e não cem mil como se fazia crer inicialmente), com um valor de mercado de cerca de nove ponto três milhões de euros.-----

-----São boas notícias para Barcelos, naturalmente más notícias para os pessimistas por terem um assunto a menos para “zurzir” nos políticos como por vezes tanto gostam de fazer.-----

-----Já agora, e para terminar, um olhar atento sobre o traçado proposto no



Plano de Urbanização, nomeadamente com a criação das novas acessibilidades, poderá constatar, que tal traçado contribuirá decisivamente para a melhoria do escoamento do tráfego rodoviário para norte, este e oeste pelo que logo que seja possível a intervenção das infraestruturas nas acessibilidades serão, naturalmente, um grande contributo para melhoria da mobilidade.-----

-----Por tudo quanto foi feito e bem feito, há que dizê-lo, o BTF vota favoravelmente os pontos quatro e cinco da presente proposta.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Gostaríamos de destacar nestes dois pontos ora em discussão, que se traduzem em três pedidos de aprovação, a unanimidade manifestada por todas as forças políticas do executivo e não representadas no executivo na aprovação dos mesmos.-----

-----Trata-se de um passo, mais um, dado por este executivo da coligação Barcelos Mais Futuro, decisivo no objetivo partilhado por todos, de ver construído em Barcelos um novo Hospital.-----

-----No CDS lembramo-nos, ainda no século passado, pela voz do Dr. Carlos Lopes, de a construção de um novo Hospital para Barcelos ser reclamada.-----

-----Estamos cada vez mais perto de ver traduzida em realidade essa aspiração.-----

-----Quanto à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos, não vamos tecer comentários sobre essa versão final pois trata-se de um documento eminentemente técnico, onde estão plasmadas as orientações e



opções deste executivo.-----

-----Naturalmente que o CDS votará favoravelmente esta proposta.-----

-----Quanto à aprovação da despesa no valor de quatro milhões, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos” diremos o seguinte:-----

-----Este pedido de aprovação vem na sequência do que já foi votado na Assembleia Municipal de Barcelos em sessão de vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Nessa sessão foi aprovado, por unanimidade, o acordo de cedências e urbanização para execução desse Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos.-----

-----Nesse acordo então votado já se encontrava previsto o custo de quatro milhões pela aquisição do terreno, para além de outras compensações à proprietária do terreno.-----

-----Trata-se agora de concretizar e autorizar o município a fazer essa despesa na compra do terreno.-----

-----Naturalmente que o CDS votará favoravelmente a proposta.-----

-----Quanto à minuta da escritura de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos, diremos que trata de um documento necessário à formalização da compra e venda, onde se encontra plasmado o essencial dos termos do acordo de cedências e urbanização para a execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos.-----

-----Também quanto a este último pedido de aprovação, o CDS votará favoravelmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----



-----Tem a palavra agora o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Discutimos hoje e votamos a versão final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos e o projeto de minuta de escritura pública de compra e venda do terreno necessário à construção do novo Hospital.-----

-----Mais um passo que o atual executivo municipal dá no sentido de resolver mais um *dossier* importante para Barcelos, indo de encontro a um dos maiores e mais antigos e legítimos anseios dos barcelenses.-----

-----Falamos da construção prevista de:-----

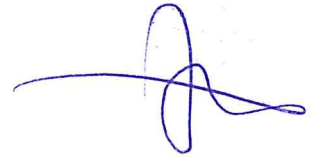
-----Uma nova unidade hospitalar;-----

-----Equipada com tecnologia de ponta para melhor servir as populações e atrair bons profissionais;-----

-----Num projeto a pensar no futuro, criando as melhores condições para os profissionais da saúde, no sentido de prestarem um melhor serviço aos utentes;-----

-----Um projeto que visa permitir aos barcelenses virem a ter acesso a cuidados de saúde condignos e equiparados ao que de melhor se pratica em outros territórios.-----

-----É verdade que a nível local todos os partidos e forças políticas foram importantes no trabalho desenvolvido nestes longos anos de espera. Mas também não é menos verdade que foi num governo com o PSD e numa gestão autárquica onde o PSD se encontra que foram reunidas todas as condições para que esta longa espera tenha terminado e a construção do novo Hospital de



Barcelos passe de miragem a realidade.-----

-----Um governo que não se limitou a prometer em sucessivas campanhas eleitorais a construção do novo Hospital de Barcelos para sempre o adiar, mas sim um governo com vontade política de tornar o Hospital de Barcelos uma realidade a breve prazo como comprova a sua inscrição no orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco e a recente publicação, em Diário da República, do despacho da ministra da saúde a aprovar a revisão do perfil assistencial, área de influência, dimensão e programa funcional do novo Hospital, onde é reforçada a sua importância para o SNS e a urgência que o mesmo assume para o governo, pretendendo-se que os trabalhos com vista à sua construção avancem durante o corrente ano.-----

-----Mas também um executivo municipal que não andou com avanços e recuos em matéria de localização do novo Hospital e da aquisição dos terrenos, contrariamente ao que fez a gestão autárquica do Partido Socialista. Um executivo municipal que teve uma estratégia e uma linha de rumo e que, desde a primeira hora, se preocupou em criar todas as condições para que a construção do novo Hospital de Barcelos possa hoje ser encarada como uma verdadeira realidade. O orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco foi mais um passo que o executivo municipal deu na criação dessas condições. Como mais passos significativos damos hoje aprovando a versão final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos e o projeto de minuta de escritura pública de compra e venda do terreno necessário à construção do novo Hospital.-----

-----A área da saúde é mais uma das que merece realce o trabalho desenvolvido pelo atual executivo municipal, pois foram dados passos importantes para a construção de um novo e moderno Hospital e de um novo e moderno Centro de Saúde, o que, convenhamos, só por si já não é matéria



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouca.-----

-----Senhor deputado Carlos Brito, o Plano de Pormenor não teve nenhum contributo nem do Partido Socialista nem de qualquer um dos senhores deputados, possivelmente não foi por falta de interesse, como o senhor deputado diz, mas sim porque isto é uma proposta muito bem elaborada pelo executivo municipal e o Partido Socialista não tem nenhum reparo a fazer porque reconhece que não conseguiria fazer melhor.-----

-----E para terminar, pelo exposto, a bancada do PSD votará a favor dos pontos quatro e cinco da ordem de trabalhos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Maria Cardoso, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Se me permite, mais uma vez, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha via *Web*.-----

-----Estas Assembleias, como outras naturalmente, têm sempre um lado com alguma picardia política, mas também com algumas interpretações que têm sempre alguma importância também fazermos comentários. Já assistimos a um ato de contrição do BTF nesta Assembleia, agora assistimos aqui a uma posição que achei interessante, que é: somos todos a favor, mas uns mais a favor do que outros. Ou seja, cada um a salvar o seu espaço. “Sim, senhor, o hospital é importante para todos, os barcelenses, todas as forças políticas, mas nós é que fizemos e vocês não”, e a outra versão contrária. Portanto, o que tem a sua piada estas questões do uníssono rapidamente se repartem e se despertam. Quem é que prometeu mais e quando e com quem tem um certo interesse de observação, numa perspetiva política.-----



-----Bem, passando a um outro aspeto que me apraz registar com mais agrado é na realidade começar a perceber, penso eu, que é um processo irreversível, pode é demorar muitos anos, mesmo não sabendo nós quem é que vai presidir a nova ULS! Depois de uma espécie de concurso que aparece para a escolha a ver quem é, hoje já não sabemos muito bem o que é que pode acontecer no Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, que no fundo tem relação direta com o novo Hospital e essa é que é a preocupação. A ver vamos...-----

-----Sobre o que está aqui em causa enquanto discussão, dois aspetos que me parecem importantes referir e que no fundo o ponto quatro e cinco não são exatamente o mesmo, pelo menos para nós não são exatamente o mesmo, não quer dizer, e aceitamos e consideramos válido, que se possa ser discutido em conjunto.-----

-----Por exemplo, começamos por falar sobre o ponto quatro sobre a questão do Plano de Pormenor. A discussão pública sem participação deve preocupar? Deve, sim, senhor. E há aqui uma culpabilização de todos nós enquanto deputados desta Assembleia, enquanto partidos políticos, deveríamos ter participado. Se calhar não foi a melhor altura ali naquele período de tempo mais ou menos natalício, não é o mais aconselhado, mas deve obrigar a reflexão e deve, acima de tudo, fazer perceber que não basta publicar aquilo que é obrigatório por lei, que é dizer que está em discussão. É preciso criar motivação para essa discussão. É preciso criar estímulo para essa participação. E isso deve obrigar a refletir nesse sentido.-----

-----Depois, fala-se num acordo de cedências e urbanização, uma série de apartamentos, creio que seiscentos e vinte e quatro que estão previstos, tipologia T/um, T/dois, T/três, dois lotes de terreno, vinte e quatro metros quadrados para comércio, mil e duzentos lugares de estacionamento... E

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pergunta-se: então tudo isto vai reverter muito a favor de muita gente? E porque é que não se fala em contrapartidas? Que contrapartidas é que a Câmara Municipal pode ter deste índice de construção, que pode-se tornar denso e desmesurado, não sei se assim irá acontecer ou não e logo vamos ver, mas perante o investimento público que é feito pela própria autarquia, calculado ao momento já em treze vírgula cinco milhões, o que é que reverte a favor da autarquia, concretamente do município e de todos os barcelenses? Porque é que não se acautela, por exemplo, espaços verdes? Porque é que não se acautela, por exemplo, até inclusive uma área de parque urbano, não esquecendo que estamos a falar de um hospital que tem relação direta com a saúde e o bem-estar, sob uma perspetiva pessoal, mas sob uma perspetiva coletiva e paisagística e ambiental? Não nos parece que estas questões estejam salvaguardadas neste Plano de Pormenor. Gostava de ouvir algumas explicações mais pormenorizadas, mas não nos parece que estejam salvaguardadas neste Plano de Pormenor.-----

-----E, por outro lado, a existência de um parque urbano, por exemplo, naquela parte da cidade, que inclusive entraria um pouco em contraponto com os armazéns de chapa que foram criados do outro lado da rotunda, pelo menos criava aqui algum equilíbrio e inserido no Plano Municipal de Ação Climática. Nos parece de todo importante que isso aconteça e que não vemos aqui salvaguardado.-----

-----Exatamente por isso é que no ponto quatro vamo-nos abster e no ponto cinco, a contração do empréstimo, iremos votar favoravelmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara, se desejar intervir.--

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----



-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Caríssimo Público, Comunicação Social e todos que nos seguem via *Internet* em casa.-----

-----Começar por dizer que desde o início, pelo menos enquanto presidente da Câmara, apreciei e não posso deixar de enaltecer aqui a atitude positiva, aberta e colaborante de todos os partidos. Mas destacar também a disponibilidade do anterior presidente da Câmara que, das vezes que o convidamos para falar sobre este assunto, esteve disponível e deu-nos todos os esclarecimentos e todos os documentos que eram necessários.-----

-----Mas, na verdade, esta atmosfera positiva foi importante, demos um exemplo ao país de que efetivamente o interesse dos munícipes está acima das nossas diferenças conceptuais ou de outra ordem. E isto foi importante também para reforçarmos junto do poder político, do Estado, naturalmente, esta motivação extra de que este é um desígnio de todos os barcelenses e com o envolvimento de todos os partidos.-----

-----Mas as coisas não são exatamente iguais como foi aqui pintado. Na verdade, cada um puxa a brasa à sua sardinha, é normal, nós temos a expectativa, o desejo e alguma confiança que será com um executivo PSD e com um governo PSD que se irá iniciar, concretizar e inaugurar essa obra, assim os passos estão a ser dados. E não podemos esquecer que durante este processo houve efetivamente quem com responsabilidades votou sempre contra a possibilidade de ser inscrito no orçamento de Estado uma verba para o Hospital de Barcelos. E isto temos que ter memória. E também temos que ter memória que nós desde sempre dissemos que era fundamental avançar com a aquisição dos terrenos para cumprirmos a nossa parte do acordo, que era, desde dois mil e oito, assumir a contratação do espaço, para que depois a outra parte fizesse



também a contrapartida que lhe era devida.-----

-----Também não é verdade, senhor deputado Carlos Brito, que tenha sido feita a aprovação final do programa funcional e do perfil assistencial com o anterior ministro Pizarro. O anterior ministro Pizarro, depois de perder as eleições, fez um despacho, mas depois teve que ser novamente, em tempo *record*, feita a alteração ao perfil assistencial e ao programa funcional do novo Hospital, que vai ter mais valências e mais possibilidades. Portanto, não é verdade que tenha sido o Dr. Pizarro que tenha feito esta modalidade. E fez um despacho depois de ter perdido as eleições, o que não deixa de ser curioso e até bastante interessante.-----

-----Quanto à questão do Plano de Pormenor, eu sinceramente não percebo, ninguém fez nenhuma observação. Eu lamento que os senhores do Partido Socialista, os senhores do Bloco de Esquerda, não tenham visto. Foi aprovado uma primeira vez na Câmara, ainda no executivo anterior, foi aprovado uma segunda vez neste executivo o prolongamento do tempo para o Plano de Pormenor, porque faltavam ainda dois pareceres, nomeadamente da ARS Norte e da CCDR, fizemos os ajustes que foram solicitados, voltamos a levar a uma reunião de Câmara, a uma Assembleia Municipal, houve discussão pública, publicamos em tudo o que tínhamos que publicar, eu aqui no final da Assembleia Municipal desafiei todos os que nos ouviam a intervir, a participar. Eu acho que é, no mínimo, esquisito vir dizer que pode haver ali qualquer coisa, porque vocês vão a reboque da espuma dos dias e da... Senhor presidente, se quiserem falar eu estou à vontade para discutirmos. Mas é estranho dizer que ninguém participou, que há qualquer coisa ali que não está bem, e não terem participado. Isso é lamentável. Isso é um sinal de: um, negligência; dois, distração; três, incompetência. Porque, quando alguém não intervém e depois de passado o prazo vai aprovar e diz que há qualquer coisa que não está bem,



só pode ser catalogado nestas três dimensões: negligente, incompetência e distração. É a única coisa que eu posso dizer relativamente a isso.-----

-----Quanto à questão colocada pelo senhor José Maria Cardoso, nós relativamente a parques urbanos vamos lá chegar, está a ser concluído, está a ser ultimado o projeto. Vamos ter um parque urbano como nunca e vai ser interessantíssimo e vamos ter espaços verdes, vamos dar corpo ao que vem planeado na estratégia municipal da ação climática, com certeza que o vamos fazer. Aqui neste Plano de Pormenor em concreto também vai haver arruamentos, também vai haver espaços verdes, também vai haver habitação, também vai haver vias estruturantes que vão permitir em termos de mobilidade ter outra capacidade e outra resposta, vai haver estacionamento, vai haver um conjunto de atividades que vão permitir efetivamente ter um desenvolvimento numa zona de Barcelos que também era importante. Mas sobretudo e o que mais importa vai ser possível finalmente termos um novo Hospital numa condição absolutamente privilegiada para quem precisar, naturalmente para todos os utentes que precisarem de recorrer ao Hospital.-----

-----Mas deixe-me dizer outra coisa que me parece também muito importante. Naturalmente que o Plano de Pormenor teve em atenção o valor que a Câmara também podia dispor. E isto ficou muito bem claro quando nós trouxemos aqui assim as contrapartidas que existiam. Naturalmente que nós só vamos pagar quatro milhões de euros porque houve um conjunto de cedências por parte dos proprietários para permitir que o Hospital vai usar muito mais área do que os quatro milhões de euros poderiam comprar. Portanto, foi feito este ajustamento e foi explicado aqui, foi dada toda a documentação para não haver qualquer tipo de dúvida que possa persistir.-----

-----Portanto, não percebo essas perguntas ou esse incómodo por os barcelenses não participarem. Os barcelenses não participaram, uma, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entenderam que não o queriam fazer, naturalmente é um respeito, e o não participar também é uma atitude, pode ser uma atitude positiva, não necessariamente negativa.-----

-----Mas na próxima vou enviar mensagem aos senhores presidentes do PS e do Bloco de Esquerda para não se esquecerem. Uma semana antes de terminar o prazo inscrevam-se e façam as vossas propostas, porque é assim que devem estar na vida ativa, participar, não é vir depois “lamento que os barcelenses...”. A culpa não é dos barcelenses, a culpa é vossa, vocês foram eleitos pelos barcelenses para os representar. Se viam que estava mal participavam. É assim que é a democracia. Agora culpar os barcelenses de não terem participado?! Não, meus senhores, vocês é que são os responsáveis por participar. Se algo estava desconforme ou se vocês entendiam que havia sugestões ou alterações a fazer então vinham a jogo, apresentavam as propostas, as sugestões. Não culpem os barcelenses, deixem-nos estar que eles sabem bem o que fazem.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos então agora passar para as votações!-----

-----Ponto quatro: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos Um.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Três: dois BE, um PCP)-----

-----Está aprovado por maioria com três abstenções e cento e catorze votos a favor (quarenta e nove PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, vinte e sete IND).-----



-----Aproveito que estamos a votar o ponto quatro, o grupo Todos Barcelos vai apresentar uma declaração de voto escrita sobre este ponto.-----

-----E adito já que o grupo Todos Barcelos vai apresentar também sobre os pontos cinco, seis, sete, oito, nove, doze e treze. Portanto, fica já anunciado à Assembleia e os serviços tomam depois nota dessa diligência do grupo Todos Barcelos.-----

-----Vamos então agora votar o ponto cinco!-----

-----Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: a) aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Um PCP) -----

-----Foi aprovado por maioria com uma abstenção e cento e dezasseis votos a favor (quarenta e nove PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, dois BE, vinte e sete IND).-----

-----Vamos passar ao ponto seis: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para diversos investimentos.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos, tenha a bondade.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Boa noite, senhor presidente.-----

-----Permita-me que, na sua pessoa, renove os cumprimentos a todos os presentes.-----

-----Sobre este ponto também serei telegráfico. Muito mais importante do que o procedimento para a contração do empréstimo acho que é mais oportuno falar das obras.-----

-----Como é evidente, votarei favoravelmente, pois jamais em tempo algum o Todos Barcelos se alheará do desenvolvimento do concelho e das obras que trazem desenvolvimento.-----

-----Contudo, apraz-me algumas considerações sobre este ponto.-----

-----Desde logo as obras abrangidas pecam por tardias.-----

-----E depois quero falar apenas e nomeadamente na localização de uma das piscinas municipais, que não conhecendo os critérios, e admitindo que possam ser válidos, merece-nos alguma reflexão e algum reparo. Estou-me a referir concretamente à piscina de Viatodos que está, como sabemos, numa franja do concelho. Eu não tenho nada, mas mesmo nada, contra a boa gente de Famalicão. Zero. Mas esta localização beneficiá-los-á de maneira muito significativa, nomeadamente, e fui ver ao mapa, que isto é muito simples, as freguesias de Lemenhe, Arnoso (Santa Eulália), Nine, Louro, Mouquim, Cavalões, Outiz, para designar apenas aquelas freguesias mais próximas de Viatodos. Além do mais, Famalicão já tem quatro piscinas, portanto, passará a ter quatro e um terço ou quatro e meia. Não precisam tanto como nós.-----

-----Em termos de centralidade esta localização parece-me discutível e faço já aqui uma manifestação de interesses que não vou reivindicar esta piscina – se isso fosse possível – para nenhuma das localidades com as quais eu tenho afinidades: desde logo Alvelos está fora de questão, é onde eu tenho as minhas raízes; Barcelos, que eu muito prezo, é onde eu resido; e Perelhal, pela qual tenho muito carinho, também não é nenhuma das contempladas. Mas o



exercício é muito simples. Senhores deputados, é pegar no mapa, eu não sou topógrafo, mas pegamos no mapa e na margem sul olhamos para o centro geográfico e o que é que nós vemos? Vou dar exemplos! Atenção que nenhum presidente de junta me encomendou nada, apenas fui ver o mapa! E ali pelas freguesias de Pereira, Remelhe, Góios, Carvalhas parecem-me freguesias muito mais centrais e certamente que serviriam mais populações. Mas como disse, havendo critérios, sendo conhecidos, problemas logísticos de terreno ou até mesmo alguma parceria com o Município de Famalicão, eu aceito. Fora isso acho que é um tema que é discutível pela sua localização, uma vez que fica numa franja.-----

-----Em todo o caso, e para terminar, senhor presidente, dizer que votarei favoravelmente e acompanharei com uma declaração de voto.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Carlos Brito, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Carlos Brito – Senhor presidente, renovo, em si, os cumprimentos.-----

-----Hoje discutimos uma proposta que compromete seriamente o futuro financeiro de Barcelos: um novo empréstimo bancário de vinte e cinco milhões de euros. E não podemos esquecer que este é o segundo empréstimo de vinte e cinco milhões de euros contraído por este executivo neste mandato, elevando a dívida neste mandato para os cinquenta milhões de euros.-----

-----Cinquenta milhões de dívida. É este o legado que o PSD quer deixar. E não é uma novidade. É a marca do PSD em Barcelos: dívida, dívida e mais dívida. Em dois mil e nove, deixaram o município sufocado financeiramente. E agora repetem o mesmo guião.-----

-----Senão vejamos:-----



-----Um – Eleitoralismo descarado. Este empréstimo surge a sete meses das eleições autárquicas. Coincidência? Não! Este é o velho truque do PSD: anunciar obras em ano eleitoral, mascarando a inoperância de um mandato (apenas finalizaram algumas das obras iniciadas pelo PS há quatro anos atrás e nem todas). E quando passar a euforia eleitoral o que fica? A dívida. O fardo. O bloqueio do futuro.-----

-----Dois – Dívida para encobrir má gestão. O PSD tenta disfarçar a falta de estratégia e planeamento com o anúncio de uma avalanche de obras em ano de eleições, e de urgência duvidosa.-----

-----Onde estão os projetos estruturantes? Onde está a visão estratégica para Barcelos? Por que razão estes investimentos não são feitos de forma planeada e sem recurso à dívida? Porque o PSD não sabe governar sem endividar. É essa a verdade. Governam para o agora, sem pensar no amanhã.-----

-----Três – Um futuro asfixiado. Este novo empréstimo reduz drasticamente a capacidade de endividamento do município, ficando limitada a cerca de trinta e cinco por cento.-----

-----E quando Barcelos precisar de investir em projetos realmente estratégicos? Quando surgirem oportunidades de financiamento externo? Não haverá margem. Não haverá capacidade. Ficaremos de mãos atadas, presos a dívidas herdadas de um PSD que governa com irresponsabilidade.-----

-----Quatro – Obras de fachada ou prioridades reais? E que obras são estas? Projetos grandiosos, mas pouco claros. Falemos da famosa ponte que começa com um projeto de três milhões de euros.-----

-----Quanto custará realmente esta ponte? Que tipo de ponte será? Será a Ponte Mário Constantino?-----

-----Enquanto isso, problemas básicos e urgentes continuam a ser ignorados. Mas, para este executivo, esses problemas não dão votos em ano eleitoral.



Prefere-se o espetáculo do anúncio de uma ponte cujo verdadeiro propósito parece ser promover alguém, em vez de resolver os problemas de quem vive e trabalha em Barcelos.-----

-----Cinco – Má gestão recorrente: o rasto do PSD. A história repete-se. E sabemos bem o que acontece quando o PSD endivida o município:-----

-----Obras que derrapam nos prazos e nos custos;-----

-----Eventos dispendiosos e desnecessários;-----

-----Serviços sem utilidade real, pagos a peso de ouro.-----

-----Se as receitas municipais – que, repito, têm batido recordes nos últimos anos – tivesse sido geridas com competência e responsabilidade, hoje não estaríamos a discutir a necessidade de mais dívida.-----

-----Seis – Uma visão de futuro, não de dívida. O Partido Socialista tem uma visão diferente:-----

-----Investir de forma responsável e planeada, priorizando as obras realmente necessárias;-----

-----Resolver os problemas básicos e estruturantes do concelho, como o saneamento e a mobilidade entre freguesias;-----

-----Assegurar um futuro sustentável para Barcelos, sem comprometer a capacidade financeira de gerações futuras.-----

-----Senhor Presidente, Caros Munícipes,-----

-----Este empréstimo não é sobre o desenvolvimento de Barcelos. É sobre a sobrevivência política do PSD. É sobre encher a agenda de anúncios de obras e lançamentos de primeiras pedras com placas pomposas, nos meses que antecedem as eleições, criando uma perceção de muitas obras, deixando a fatura para os barcelenses pagarem depois.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----



-----Tem a palavra agora a senhora deputada independente Elisabete Silva.---

DEPUTADA INDEPENDENTE – Elisabete Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Sobre o pedido de autorização da Câmara Municipal para contrair um empréstimo de médio e longo prazo no valor de vinte e cinco milhões de euros importa dizer o seguinte:-----

-----O pedido de autorização do empréstimo faz todo o sentido e é coerente com as opções políticas apresentadas em tempo a esta Assembleia Municipal.---

-----Nos documentos previsionais de contas – GOP's e orçamento para dois mil e vinte e cinco – aprovados nesta Assembleia Municipal, estão inscritos no PPI todos os projetos a financiar por este empréstimo.-----

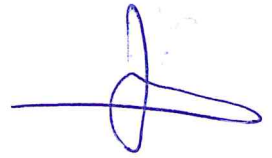
-----Nos documentos está dito também que o executivo municipal recorrerá a empréstimos desta natureza para financiamento de alguns projetos fruto da grande capacidade de endividamento do município.-----

-----Por isso não há nenhuma dúvida quanto ao pedido de empréstimo nem das suas condições e muito menos de eventuais constrangimentos financeiros para o futuro só possível com a resolução da dívida de duzentos e catorze milhões e meio de euros à AdB tomada por este executivo, como sabemos.-----

-----Portanto, para nós não há qualquer dúvida em aprovarmos o pedido de autorização e das condições propostas.-----

-----Aliás, se o executivo municipal não iniciasse os processos de investimento lá estaria a oposição a dizer que este executivo nada faz, é só promessas eleitoralistas.-----

-----Porém, o executivo ao dar cumprimento ao que esta Assembleia aprovou em devido tempo com a execução dos projetos e ao garantir o seu



financiamento sem colocar em risco a futura gestão municipal deixa certa oposição incomodada que prefere recorrer a certo populismo.-----

-----Mas o mais intrigante é a desorientação política do PS que vira em função em que o vento sopra pela sua total incoerência sobre esta matéria, porque quem se absteve sobre o pedido deste empréstimo em reunião de Câmara no passado dia dezassete de fevereiro foram praticamente os mesmos que aprovaram o empréstimo de cinquenta vírgula cinco milhões de euros na reunião de Câmara de quinze do doze de dois mil e dezassete e em sessão desta Assembleia de vinte e três do doze de dois mil e dezassete.-----

-----Ou seja, foi o PS que aprovou um empréstimo de cinquenta vírgula cinco milhões de euros em dois mil e dezassete (imagine-se!) para aquisição de quarenta e nove por cento de capital da Águas de Barcelos, S.A., em condições mais penalizadoras nos tarifários daquele acordo comparados com o acordo alcançado por este executivo.-----

-----Afinal, em que é que ficamos?-----

-----Para um empréstimo de cinquenta vírgula cinco milhões de euros para pagar uma indemnização contratual e por incapacidade negocial com a empresa vota-se a favor e para aprovar um empréstimo de vinte e cinco milhões de euros para investimentos inadiáveis estruturantes para Barcelos abstêm-se.-----

-----Não é que não seja politicamente respeitável a posição do PS em votar contra ou se abster, o problema é a incoerência e a falta de visão estratégica quer política, quer de gestão.-----

-----Por tudo quanto se disse e por ser de inteira necessidade a construção de equipamentos estruturantes para Barcelos, votaremos a favor da presente proposta constante no ponto seis da ordem do dia.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor presidente, se me permite, na sua pessoa, renovo, uma vez mais, os cumprimentos a todos os presentes.-----

-----“A contratação de um empréstimo a sete meses das eleições autárquicas configura um eventual eleitoralismo”, dizem os senhores vereadores do Partido Socialista. Se o assunto não fosse tão sério, seria caso para dizer este executivo não aprende com os erros dos seus antecessores.-----

-----É fácil criticar no momento atual, ou seja, em véspera de eleições o executivo quer contrair uma dívida a médio e longo prazo para cumprir promessas eleitorais e lá pelo meio inserir alguns investimentos prioritários, como é o caso das variantes que são necessárias para a construção do novo Hospital de Barcelos.-----

-----Mas na verdade vai muito mais além e na realidade neste empréstimo já cabem duas piscinas e ainda a projeção de uma nova ponte.-----

-----Pois bem, se as eleições se realizaram há mais de três anos e meio, porque é que só agora se avança com estes projetos e porque é que é necessário contrair dívida para executar estes mesmos projetos?-----

-----Portanto, façamos um pequeno raciocínio. Na opinião do Chega os acessos do novo Hospital são um investimento necessário e imprescindível. Mas qual o motivo de aumentar ainda mais o endividamento do município quando o que está em causa é o momento em que acontece, ou seja, a sete meses das eleições autárquicas? Senhor presidente, será para fazer campanha a pensar nas próximas eleições, como dizem os senhores vereadores do PS, ou pode dar uma explicação a esta Assembleia que contrarie tais afirmações?-----

-----Sabemos bem que atualmente o município tem uma boa capacidade de endividamento, mas nos últimos doze anos de gestão socialista nem sempre foi assim.-----



-----Então deixo a minha questão: baseado na saúde financeira do município, o executivo pretende utilizar esta ferramenta para num futuro próximo solicitar a esta Assembleia uma nova aprovação de empréstimo bancário e assim elevar o nível de endividamento para a execução de mais promessas eleitorais?-----

-----Os vereadores do Partido Socialista mencionam os gastos do município e apelidam de esbanjamento de dinheiro público, algo que no entender do Chega é assertivo, assim como a falta de uma maior transparência quer na prestação de serviços, quer nos critérios utilizados na EMEC.-----

-----Senhor presidente, no que à EMEC diz respeito, o executivo pode e deve no nosso entender melhorar nos aspetos atrás mencionados, a questão é: o executivo está disponível para clarificar e tornar transparente os atos de gestão da EMEC?-----

-----Quanto ao ponto aqui em discussão, concordamos que é necessário recuperar dos doze anos de desgoverno socialista e concordamos com os investimentos previstos, pois foram alguns dos investimentos que defendemos para o nosso concelho nas últimas eleições autárquicas.-----

-----Senhor presidente, como disse anteriormente, este é o momento de clarificar toda a Assembleia Municipal e os barcelenses sobre o momento e o porquê do município contrair este empréstimo, não esquecendo das limitações que vai impor ao executivo que sair das próximas eleições.-----

-----Senhoras e senhores deputados, para o Chega é bem claro e óbvio, é preferível ter um empréstimo bancário de vinte e cinco milhões ou até mesmo cinquenta milhões euros para executar investimentos essenciais e importantes para o desenvolvimento do nosso concelho e ainda assim ter a tão desejada saúde financeira controlada, em vez de pagar mais de duzentos milhões de euros em dívida tal como os socialistas sempre defenderam no passado, pois se seguíssemos as intenções dos socialistas, hoje não estaríamos aqui a discutir



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este ponto na ordem de trabalhos porque não seria possível o acesso ao financiamento bancário.-----

-----Termino com a declaração de voto:-----

-----Neste ponto votaremos a favor porque somos a favor do investimento que traduza significativas melhorias no bem-estar dos barcelenses, no entanto estaremos atentos às derrapagens orçamentais e todo e qualquer valor não justificado merecerá da nossa parte total reprovação.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A contratação do empréstimo bancário até ao limite de vinte e cinco milhões, o CDS votará favoravelmente esta proposta.-----

-----Não acompanhamos as críticas feitas pela oposição, entre elas de que é uma proposta eleitoralista, vai endividar o município, compromete o futuro de Barcelos, alegando o Partido Socialista até que deixou um legado saldo positivo no exercício de dois mil e vinte e um de trinta e quatro milhões de euros.-----

-----Não acompanhamos os argumentos da oposição pois o destino deste empréstimo visa dar resposta a três grandes grupos de preocupações.-----

-----O primeiro, é melhorar as condições de trabalho dos funcionários da autarquia pela construção de um Centro Operacional de Barcelos.-----

-----O segundo grupo, o tema das acessibilidades, pela construção da variante urbana ponte, do Centro Hospitalar de Barcelos, da construção da variante



urbana nascente, do acordo quadro para recuperação das vias municipais e o projeto da nova ponte urbana.-----

-----Em relação à ponte, uma pequena consideração aqui que não podemos deixar de fazer.-----

-----O Partido Socialista, em intervenções anteriores, questionou aqui o executivo pelo facto de nada fazer em termos de acessibilidade e que Barcelos era uma vergonha em termos de acessibilidade e agora está a criticar este executivo por pretender precisamente melhorar as condições de acessibilidade pela construção de uma nova ponte. Não deixa de ser contraditório esta posição do Partido Socialista.-----

-----O terceiro tema, o tema dos equipamentos coletivos pela construção de piscinas nos limites ou nas duas partes do concelho, a construção da piscina municipal em Galegos Santa Maria e a construção da piscina municipal em Viatodos.-----

-----E não acompanhamos a crítica de ser tratar de uma proposta eleitoralista pois que se tratam de obras que só no mandato seguinte serão concretizadas, pelo que as placas de inauguração dessas obras não farão menção com certeza ao atual executivo.-----

-----Uma última palavra quanto ao legado salvo positivo, ao enorme saldo positivo do Partido Socialista.-----

-----Os municípios não são sociedades comerciais, não têm por objetivo o lucro. Um município com um saldo positivo alto é um município mal gerido.-----

-----Os municípios têm por obrigação usar o dinheiro ao seu dispor para satisfação das necessidades dos munícipes para melhor a qualidade de vida dos seus munícipes, para resolver os problemas dos seus concelhos.-----

-----Meus senhores, como referimos, o CDS votará favoravelmente esta proposta.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

76

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

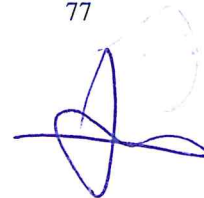
-----Tem agora a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Renovando os meus cumprimentos a todas e a todos os presentes e quem nos segue via *Web* na sua pessoa, senhor presidente.-----

-----Eu fico perplexo com parte agora da intervenção do deputado Firmino quando diz que não há aqui eleitoralismo, porque quem vai inaugurar estas obras será o próximo presidente da Câmara. Eu fico um bocado surpreendido porque claramente há aqui pendor eleitoralista neste pacote de investimentos. Vejamos o facto de que esta Assembleia foi eleita em dois mil e vinte e um, pelo menos temos dois mil e vinte e dois, temos dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e chegamos agora a dois mil e vinte e cinco. Eu sei que nenhum executivo resolve as coisas do dia para a noite, não vai ser em dois mil e vinte e um que tudo vai ficar resolvido, agora fico de facto perplexo com o facto de que foi preciso passar, não passou quatro anos, não é?, mas foi preciso tomar posse em dois mil e vinte e um e chegar a dois mil e vinte e cinco para finalmente haver aqui preocupação com as piscinas e com os vários pontos que estão aqui referidos neste plano de investimentos.-----

-----Atenção, o Bloco de Esquerda obviamente é favorável a que estes investimentos aconteçam, não podemos é deixar de ficar surpreendidos quando vêm aqui dizer que não é eleitoralismo anunciar não sei quantas obras para as quais tiveram dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e só chegados a dois mil e vinte e cinco, quando em setembro vai haver eleições autárquicas é que anunciam aqui este pleno.----

-----Realmente fico aqui curioso e aproveito também para questionar o facto



de que estão previstos três milhões de euros para o projeto da nova ponte urbana e gostaríamos de saber quanto é que irá custar, se há alguma previsão para o custo efetivo da ponte ou se isso é uma pergunta que eu deva fazer ao próximo presidente da Câmara. E também, e uma vez mais salientando esta questão de ter que falar com o próximo presidente da Câmara ou o atual é capaz de responder, se será uma ponte pedonal como já anda a circular ou se será para viaturas. São dúvidas que consideramos prementes.-----

-----Bom, relativamente a esta questão também não podemos deixar de ficar satisfeitos já que este pacote de investimentos não é todo eleitoralista, mas ainda agora o presidente da Câmara referiu que teríamos um parque, mais uma promessa que não é uma promessa, ainda bem que não estamos em ano de eleições, não é?-----

-----Mas ainda assim não posso deixar de salientar uma coisa, parece que em quase todos os documentos que dá para “meter” as questões das águas, o atual executivo mete. Este preâmbulo faz questão de referir, uma vez mais, a questão das águas. Eu não sei se estão a testar textos para panfletos, mas eu gostaria também, e fica aqui uma sugestão bastante sincera, referem aqui o garrote financeiro hipotecado durante doze anos. Muito bem, acho que se faça o exercício histórico, mas que se faça o exercício histórico na sua completude e que recuemos a dois mil e quatro e vejamos quem foi o executivo que aprovou a privatização/concessão do serviço de água e saneamento. Porque eu acho que aqui há também um bocado de omissão bastante grave que acho que ficaria bem que se fala da história toda e não vamos só pegar no que nos interessa.-----

-----Por fim, ano eleitoral, ano de obras, tivemos quatro anos, e haverá quatro anos pela frente, obviamente e de facto também há que reconhecer que ainda bem que se salienta, que se destaca o facto de que será o próximo presidente a inaugurar, acho muito bem que se faça isso, acho muito bem que

não se governe para um mandato de longo prazo, acho que se deve governar para um mandato de quatro, mas não posso mesmo deixar de não compreender esta questão. Não sei se o Centro Operacional de Barcelos surgiu apenas em dois mil e vinte e cinco, em janeiro de dois mil e vinte e cinco é que ficou premente, se a variante urbana poente e a variante urbana nascente são obras que obviamente provêm da importância do novo Hospital, isso eu compreendo. Agora, a recuperação da rede viária municipal, a piscina municipal de Galegos Santa Maria, a piscina municipal de Viatodos não sei se as populações apenas se lembraram recentemente que era necessário haver estas obras ou se de facto já havia aqui algum estudo prévio e tudo mais e foi guardar, digamos assim, este presente para as populações para que saia em bom tempo.-----

-----De qualquer das formas, estas manobras de comunicação de propaganda são uma excelente forma de desviar o assunto, são uma excelente forma de mandar fumo para os olhos, e de qualquer das formas o Bloco de Esquerda irá votar pela abstenção porque reconhece a necessidade destes investimentos, mas não irá aceitar nem pode votar favoravelmente a este eleitoralismo bacoco como está aqui patente.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Na campanha eleitoral autárquica de dois mil e vinte e um a coligação



mostrou, claramente, ao que vinha e qual o seu propósito para Barcelos. Vinha para desenvolver Barcelos. Vinha para recuperar do atraso estrutural a que Barcelos tinha sido deixado durante mais de uma década de gestão autárquica do Partido Socialista.-----

-----Nesse sentido, no atual mandato, o executivo já resolveu, ou está a dar passos muito significativos para resolver, os principais *dossiers* que afetavam os barcelenses e que andaram uma década a ser empurrados com a barriga para a frente, como: o *dossier* da Água; o *dossier* do novo Hospital; o *dossier* do fecho da Circular Urbana.-----

-----A proposta que o executivo nos apresenta hoje, a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário no valor de vinte e cinco milhões de euros não é para financiar despesa corrente do município. É sim para financiar investimentos estruturais. É sim para continuar a resolver *dossiers* importantes e impactantes na melhoria da qualidade de vida dos barcelenses. É sim para continuar a desenvolver Barcelos;-----

-----Este empréstimo só se torna possível concretizar porque o atual executivo resolveu o dossier da água, permitindo ao município se libertar de uma dívida de cerca de duzentos milhões de euros deixada pelo Partido Socialista;-----

-----A bancada do PSD votará a favor esta proposta pois:-----

-----O PSD quer, verdadeiramente, ver resolvido o problema da mobilidade urbana de Barcelos e acredita que a construção das variantes poente e nascente e de uma nova ponte ajudam significativamente nessa resolução;-----

-----O PSD está comprometido em criar todas as condições para que a construção do novo Hospital seja uma realidade;-----

-----O PSD pretende ver urgentemente recuperada a rede viária municipal;----

-----O PSD continua a apostar na criação de melhores condições de desporto



e lazer para os barcelenses, e pretende assim a construção de duas novas piscinas no concelho.-----

-----É com naturalidade que a bancada do PSD vota favoravelmente esta proposta pois, tal como o executivo, não queremos que o desenvolvimento do concelho de Barcelos seja adiado, como aconteceu durante a gestão autárquica do Partido Socialista.-----

-----Partido Socialista que, para não aprovar a proposta de contratação do empréstimo bancário, apresenta uma declaração de voto, no mínimo, hilariante.-----

-----Diz o Partido Socialista:-----

-----*“A contratação de um empréstimo a sete meses das eleições autárquicas é eventualmente eleitoralismo”*. Pois, o executivo gostaria de ter realizado as obras mais cedo, mas como o PS não deixou projetos para Barcelos teve que primeiramente elaborar esses projetos.-----

-----Diz o PS:-----

-----*“Este aumento do endividamento faz lembrar a prática política do passado”*. Aí concordamos. Faz-nos lembrar a todos que o Partido Socialista deixou um endividamento de mais de duzentos milhões de euros para o atual executivo.-----

-----Diz ainda o PS:-----

-----*“Analisando os investimentos financeiros para este empréstimo não se vislumbra qualquer situação de urgência”*. Esta é boa!! Então ainda no mês passado o PS emitiu um comunicado intitulado *“Barcelos está parado... também no trânsito”*, onde tecem duras críticas à mobilidade em Barcelos e quando agora cerca de sessenta por cento do empréstimo é para financiar obras destinadas a melhorar a mobilidade dizem que *“afinal isso não é urgente, pode muito bem esperar”*.-----



-----Assim ninguém vos entende. Assim como querem que os barcelenses vos levem a sério?-----

-----Pois para o PSD estas obras são indispensáveis e inadiáveis e só pecam por uma década de atraso.-----

-----Fala também o PS na necessidade de se investir mais na instalação na rede de água e saneamento, curioso quando foi precisamente esse mesmo PS que não investiu em um único metro de rede de água e saneamento durante doze anos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara para intervir, faz favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos ao senhor presidente da Assembleia e, em si, cumprimento todos novamente.-----

-----Antes de começar a responder, e espero ter tomado nota de todas as questões, permitam-me três comentários iniciais.-----

-----O primeiro para dar um elogio aos barcelenses que sabem distinguir o que é panfletos, eleitoralismo e capacidade de fazer e de realizar. Sabem bem, e, portanto, é com eles que devemos estar preocupados.-----

-----Relativamente a outra questão que aqui foi colocada sobretudo pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda, percebi o incómodo, eu percebo, é claro e notório e é compreensível e legítimo. Mas, segundo a vossa interpretação, o mandato está confinado a três anos, no último ano nós não podemos fazer nada porque é eleitoralismo. Não é essa a nossa visão. A nossa visão é que nós temos o mandato até ao fim e, portanto, até ao fim iremos tentar dentro das nossas possibilidades, da nossa competência e da nossa capacidade de realizar, fazer tudo o que conseguirmos fazer para melhorar

Barcelos.-----

-----Depois dizer que isto é possível porque há uma visão estratégica de desenvolvimento do concelho. Não é por acaso que como nunca houve, e é uma questão de estarem atentos, eu já percebi que o Partido Socialista anda muito desatento, não acompanha nem sequer o que nós damos em termos de comunicação e de informação. Mas se estivessem mais atentos perceberiam que: na área da saúde, cinco intervenções em centros de saúde e a construção de um novo centro de saúde; na educação, a construção já em processo de contratação de uma obra fundamental pedida há muitos anos, a Escola Secundária de Barcelinhos; está em procedimento concursal a recuperação de onze escolas P/três do primeiro ciclo em diferentes freguesias; estão também na habitação, com a concretização do Plano Estratégico Municipal para a Habitação, em concurso já vários núcleos; vai hoje também a reunião uma nova proposta. Isto é visão estratégica. Faltam-nos algumas componentes, nomeadamente a questão do desporto, a questão da mobilidade, que são fundamentais.-----

-----Todos vocês, os senhores presidentes de junta em particular, solicitam intervenção nas vias municipais. Pois bem, para isso é preciso, não havendo financiamento de nenhuma ordem, tem que ser o financiamento municipal. Para esse efeito cá está, fizemos o estudo, fizemos o planeamento, recuperamos os projetos.-----

-----Como aqui foi dito, e bem, porquê só agora? Porque era preciso: primeiro, ter ideias; segundo, ter projetos; terceiro, adquirir os terrenos; e depois, finalmente, arranjar financiamento para o efeito.-----

-----Nós tentámos naturalmente que para as vias estruturantes conseguíssemos ter financiamento de outra natureza que não do orçamento municipal. Não era possível, vamos contrair um empréstimo porque queremos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

83

fazer as obras e as obras são fundamentais. E isto só é possível porque o município goza de saúde financeira. E goza de saúde financeira porquê? Porque quando nós chegámos à Câmara não havia trinta e um milhões de euros no banco, eu já disse isto aqui e volta a repetir, não havia. Havia um cheque ao portador com medo de uma execução judicial. Portanto, não venham com tretas. Havia uma dívida de duzentos e catorze milhões de euros. É isto que estava a acontecer. E com medo da penhora tinham um cheque ao portador. E foi possível logo num mês e meio resolver no tribunal para que ganhássemos mais tempo, porque tinha caducado o tempo que o juiz do Tribunal Fiscal de Braga tinha dado para a conclusão do acordo. Portanto, foi assim que nós começámos o mandato, com uma penhora e com uma guilhotina de duzentos e catorze milhões em cima da cabeça. Portanto, por favor, porque senão até se torna repetitivo e exaustivo, e eu não quero voltar a isto e castigar sempre o Partido Socialista com estas memórias, mas infelizmente vocês trazem sempre isso à baila e nós temos que reforçar isso.-----

-----E depois, ao contrário do que disseram, e nós escolhemos os vinte e cinco mais vinte e cinco não foi por acaso. Foi porque efetivamente, e aqui também já foi dito, julgo que pela senhora deputada Elisabete, que em dois mil e dezoito o Partido Socialista fez aprovar, e bem, com os votos favoráveis até do PSD (vejam lá) um empréstimo de cinquenta milhões de euros. Para quê? Para resolver o problema da água. Não era para investir. E nós destes cinquenta milhões, vinte e cinco mais vinte e cinco, como disseram, e bem, trinta e dois milhões são para investir: sete milhões na rede de água e saneamento e os outros vinte e cinco milhões nestas obras que aqui estão. Portanto, isto quer dizer que nós ampliamos a nossa capacidade de investir, de fazer obra. É preciso estar minimamente atento. Se não perceberem isto, não percebem muitas outras coisas.-----

-----Mas indo agora às perguntas que aqui colocam, a questão da visão estratégica está mais que definida, não vale a pena sequer entrarmos por aí, diz que as obras são de urgência duvidosa. Eu então estou expectante para ver que o Partido Socialista anuncie na campanha eleitoral que não vai fazer estas obras, se ganhar as eleições vai tirar estas obras, porque estas obras não são importantes, não vão ao encontro das necessidades ou dos anseios dos barcelenses. O Partido Socialista não quer estas obras. Atenção! É legítimo! É uma opção política perfeitamente cabível no panorama de uma discussão política, a nossa visão não é essa. Respeito a visão do Partido Socialista. E espero que os barcelenses também percebam a visão do Partido Socialista e aquela que nós estamos a propor porque são objetivamente diferentes, e ainda bem que são, porque assim as pessoas têm uma alternativa para poderem optar, caso contrário não teriam.-----

-----Relativamente à questão da água e saneamento e anúncios panfletários?! Isto vindo do Partido Socialista era risível se fosse uma discussão de café, aqui num cenário destes é preocupante. Ou estão desmemoriados, que é uma hipótese, ou efetivamente confundem tudo e fazem demagogia para confundir os barcelenses.-----

-----Saneamento, durante doze anos não construíram um metro, um metro de saneamento. Se o PSD, o CDS e o BTF não tivessem vindo para o governo autárquico não estaríamos já em obra executada no terreno, com mais obra ainda em água e saneamento. E depois vêm dizer, como se nada tivesse passado, que é preciso investir em água e saneamento. Pois é, é o que nós andávamos a dizer há doze anos.-----

-----E respondendo ao deputado Miguel Martins, eu estava sim no executivo que tentou fazer uma coisa importantíssima para Portugal e para Barcelos, que era respeitar as pessoas, dando-lhes a oportunidade de ter água e saneamento.



E não deixa de ser curioso, passados doze anos do Partido Socialista, alguns elementos do Partido Socialista (vereadores, membros da Assembleia) terem dito que o melhor que tinha acontecido era fazerem lá trás o reequilíbrio financeiro, em dois mil e dez, e não andarem a prometer coisas que não podiam cumprir e depois deixarem duzentos e catorze milhões de dívida.-----

-----Relativamente às obras eleitoristas ou *placards* panfletários, não fomos nós que fizemos um *placard* a uma semana das eleições no Estádio Cidade Barcelos, com máquinas e tudo, “Aqui vai nascer os campos de treinos para o complexo desportivo, para o Gil Vicente”. Isto em dois mil e dezassete. Em dois mil e vinte e um voltou. Quem fez a obra? Fomos nós. Vai ser inaugurada recentemente. A estrada de Remelhe, a quinhentos e cinco, anúncios fantásticos. Quem a concretizou? Fomos nós. E isto não é preciso ir buscar lá trás, são coisas reais. O Estádio Cidade Barcelos, o complexo desportivo, vai ser inaugurado brevemente, terão a oportunidade de ser convidados e também lá ir. Quanto a questões panfletárias deixe lá isso...-----

-----Quanto à questão da nova ponte urbana, é entendido uma necessidade e dá-se a feliz coincidência que este ano se completam setecentos anos sobre a ponte medieval, a única ponte urbana efetivamente que tem setecentos anos.--

-----E temos também a ponte Eiffel, que é a ponte de ferro, construída em mil, oitocentos e setenta e sete, e nessa altura quem governava este espaço teve a visão estratégica de pensar muito à frente. A ponte medieval setecentos anos à frente e a ponte Eiffel muitos anos à frente, mais de dois séculos.-----

-----Isto para vos dizer o quê?-----

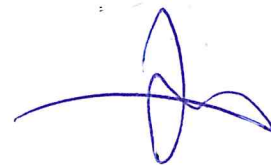
-----Efetivamente nós temos que construir uma ponte que seja capaz de, simultaneamente, resolver os problemas de mobilidade no centro da cidade e permitir que a ponte medieval tenha outro tipo de utilização e, em segundo lugar, ser um ponto de atratividade. E para isso nós temos que efetivamente



escolher os melhores. Porque Barcelos tem que ter ambição, Barcelos tem que ter a capacidade de envolver nos projetos que são estruturantes e que podem desenvolver Barcelos escolher os melhores. E eu não tenho receio nenhum de escolher os melhores para parceiros, porque os melhores parceiros são aqueles que efetivamente pensam mais à frente. E é uma ponte para também durar os cem ou os duzentos anos que vierem. E isto é fundamental. É ter visão estratégica, isto é ter visão de futuro. É ter o arrojo e a ambição de dizer Barcelos pode e deve ser um farol de desenvolvimento e não estar sempre atrás ou sempre a mesquinhar-mos porque os outros fazem, os outros têm. Todos nós temos a ambição de ver Barcelos nas notícias, nas grandes parangonas, pelos melhores motivos e felizmente temos muita razão para estarmos pelos melhores motivos. Pena é que nem sempre se foque a lente para esse lado, foca-se para outros lados, respeitável, aceitável, mas não é aquilo que faz puxar a alma barcelense que eu acho que é isso que importa. E nós temos essa responsabilidade. E esta ponte pretende também ser isso.-----

-----Mas também, como aqui foi dito pelo deputado Firmino Silva, um olhar para os trabalhadores do município que trabalham há muitos anos em condições menos dignas e que é importante dar-lhes conforto, é importante dar-lhes condições, e naturalmente com projetos internos e com os terrenos adquiridos, termos agora condições para poder projetar, realizar estas obras. Serão todas iniciadas até ao final deste mandato? Não sei. Eu adoraria que sim. E não me vou inibir de fazer tudo para que isso aconteça. Acredito que não é possível todas, mas algumas serão e naturalmente a nossa ambição é essa, o nosso desejo é esse, as circunstâncias poderão efetivamente não o proporcionar na íntegra.-----

-----Senhor deputado Miguel Martins, nós temos efetivamente uma projeção que não pode ser vinculativa, porque só depois do projeto é que temos



naturalmente o valor final, mas andarás algures pelos vinte e cinco milhões de euros, uma ponte que naturalmente será pedonal e carral, porque é um desígnio para todos. Não tenho problema nenhum de responder o que quer que seja porque as coisas são o que são e não há volta também a dar.-----

-----Relativamente às piscinas, não é uma obra pensada agora de repente. Eu já anunciei aqui primeiro que ia haver duas piscinas logo na tomada de posse. Mais, logo na tomada de posse disse que iríamos fazer uma nova ponte urbana. Disse que iríamos fazer as variantes do Hospital e a variante poente. Portanto, estamos a concretizar o que eu disse na tomada de posse, é recuperar o discurso. Depois disse-o aqui também numa outra Assembleia, algures por finais de vinte e dois, de que os locais seriam Galegos Santa Maria e Viatodos e expliquei porquê, quais os critérios. O primeiro critério ter público-alvo que fosse naturalmente poder rapidamente usufruir dessa possibilidade junto a escolas com muita dimensão, como é a escola de Viatodos, numa zona que é uma zona mais afastada de Barcelos mas que tem, quer pela via do transporte ferroviário, quer pela via do transporte rodoviário, soluções de dinâmicas próprias que permitem efetivamente um maior volume de pessoas a irem para esse local. Em Galegos passa-se exatamente a mesma situação, com uma vantagem nos dois sítios: os terrenos já serem municipais. No caso de Galegos não, é uma parceria em que a junta de freguesia cede o terreno. No caso de Viatodos era um prédio do município e, portanto, faz sentido, por uma questão de racionalidade, e tendo estes critérios da população e da dinâmica de mobilidade, estarem conseguidos nestes dois espaços, foi nesses espaços que foram escolhidos. Não temos nada contra Famalicão, também não vem dizer que a piscina de Forjães serve... nós usamos em Fragoso, em Palme, em Aldreu, por aí fora... Se visse o mapa do lado de Barcelos via Minhotães, Grimancelos, Carreira, Fonte Coberta. Tem que ver o mapa também de outra forma. E se for



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

88

pelo interior vê Bastuço, vê Sequeade, vê Cambeses, quer dizer, pode ver muita coisa desde que veja o mapa na direção certa, isto é um facto, não é?-----

-----Tenho mais cinco segundos para vos dizer que não perderemos nem a força nem a ambição nem a capacidade de querer ir mais além.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos agora passar à votação do ponto seis da ordem de trabalhos!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Um PCP)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Dezoito: quinze PS, dois BE, um IND)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Noventa e oito: trinta e quatro PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, vinte e seis IND)-----

-----A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra, dezoito abstenções e noventa e oito votos a favor.-----

-----Pedia aos líderes municipais se chegavam aqui à mesa, por favor.-----

----- (Reunião de líderes que durou sensivelmente dois minutos)-----

-----Estamos sobre as três horas de debate, eu iria passar precisamente ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ficamos aqui com este acordo, ponto sete, que é: discussão e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal.-----

-----Vai haver três inscrições, eu só quero saber quem é que se inscreve primeiro!-----

-----Tem a palavra a senhora deputada Ângela Sousa.-----

DEPUTADA INDEPENDENTE – Ângela Sousa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

89

Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O tempo de dois minutos atribuído para discussão deste ponto sete parece indiciar pouca importância sobre a sua apreciação.-----

-----E digo isto porque estamos a falar de um movimento financeiro para reforçar a dotação inicial em cerca de dezoito ponto sete milhões de euros, doze ponto seis do saldo de dois mil e vinte e quatro e da antecipação de receita proveniente do PRR e do Norte Vinte Trinta, de seis ponto treze milhões de euros.-----

-----Assim a dotação orçamental corrigida para dois mil e vinte e cinco é de cento e cinquenta e oito ponto nove milhões de euros.-----

-----Porém, o facto mais importante desta revisão é de natureza política, devido ao forte investimento dos recursos disponíveis.-----

-----Aliás, como podemos observar, os saldos transitados nos últimos anos dos executivos do PS eram excessivamente elevados com um máximo de trinta e quatro ponto dois milhões de euros em dois mil e vinte e um; com este executivo foi de dezassete ponto seis em dois mil e vinte e três e de doze ponto seis em dois mil e vinte e quatro.-----

-----Há outro indicador que revela a dinâmica do investimento se observarmos as elevadas taxas de cabimentação ainda sem atingirmos o primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Mas não nos ficamos por aqui. Esta alteração contempla ainda um reforço na dotação para início da construção do novo centro de saúde, para que possa ser possível no imediato a sua cabimentação como despesa plurianual no valor de doze milhões de euros.-----

-----Portanto, não disse tudo, mas o suficiente para demonstrar a importância desta primeira alteração modificativa do orçamento para dois mil e

vinte e cinco.-----

-----Em face do que se disse, votaremos a favor deste ponto sete da ordem do dia.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Nuno Martins, do Partido Socialista.----

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Senhor presidente da Assembleia, na sua pessoa, renovo as saudações.-----

-----“*Há uma gritante falta de visão estratégica, falta de capacidade de planeamento e organização, impreparação e falta de capacidade de execução que se traduz no saldo de gerência (...), que ao não serem investidos comprometeram o desenvolvimento do concelho, nomeadamente atrasaram um conjunto de obras estruturantes que são uma necessidade premente e urgente*”.-----

-----Declaração de voto dos vereadores do PSD, onde se incluía o senhor presidente da Câmara, a respeito do saldo de gerência transitado de dois mil e dezanove de cerca de quinze milhões de euros, hoje estamos aqui a transitar um saldo de gerência de doze milhões de euros. Veja-se bem a coerência que mantêm e já que também aqui gostam de vir fazer citações das posições do Partido Socialista-----

-----E aproveito também esta oportunidade para dizer ao senhor presidente que já teve tempo, três anos e meio depois, para saber o lugar que ocupa e o respeito que deve ter com a oposição. E fica-lhe um bocadinho mal, Assembleia após Assembleia, vir aqui tentar deturpar aquilo que são as intervenções da oposição, como ainda hoje vimos a respeito das intervenções do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda. Fica-lhe muito mal deturpar aquilo que lhe é dito, já teve mais do que tempo suficiente para aprender a lidar com a crítica.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

91

Nós estamos aqui todos como os grupos municipais desse lado para o elogiar, elogiamos quando entendemos, criticamos quando entendemos que o devemos fazer, e o senhor presidente tem o dever de aceitar a crítica. Sei que tem essa dificuldade, mas vai ter que aprender a lidar com ela.-----

-----E queria também aqui dizer que o Partido Socialista vai abster-se nesta proposta.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Permita-me que, em si, renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Os orçamentos municipais, enquanto demonstrações financeiras provisionais que o são podem, e devem, ser objeto de alterações modificativas ao longo do exercício económico sempre que tal se mostre oportuno.-----

-----Nesse sentido, falamos hoje de uma alteração modificativa ao orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco que tem por objetivo:-----

-----Ajustar dotações de vários investimentos financiados pelo PRR, em virtude da informação mais atualizada do valor desses mesmos investimentos e da sua repartição em termos plurianuais;-----

-----Bem como introduzir no orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco efetivamente o saldo de gerência do exercício económico de dois mil e vinte e quatro, no montante de cerca de doze ponto seis milhões de euros. Um procedimento normalíssimo e que ocorre todos os anos, decorrente até de imperativos legais.-----

-----Nesta revisão orçamental destina-se e reforça-se verba para importantes

obras e projetos em diversas áreas como: na educação, no desporto, na rede viária e na saúde.-----

-----O saldo de gerência de facto é de doze ponto seis, mas ainda hoje o Partido Socialista, que está farto de dar tiros nos pés, literalmente, falou que deixou saldo de gerência de trinta milhões de euros e era perfeitamente normal. Hoje deixamos doze ponto seis para o ano seguinte, já é uma catástrofe. Demonstra é bem a capacidade de fazer e executar do atual executivo que não tinham os executivos anteriores.-----

-----E, senhor deputado Nuno Martins, deixe-me que lhe diga, na última Assembleia, a bancada do PS deu um raspanete ao senhor presidente porque o senhor vereador desviou do tema. O senhor deputado hoje fez tudo menos falar do orçamento, fez um ataque ao presidente da Câmara, desviou do tema e está tudo normal para a bancada do Partido Socialista. Convido a bancada do Partido Socialista a ter a mesma atitude hoje que teve na última Assembleia quando alguém se desviou do tema.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja responder?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos ao senhor presidente e, em si, cumprimento também todos os presentes e todos os que nos seguem via *Web*.-----

-----Naturalmente que já foi aqui explanada toda a questão relativamente ao ponto, havia efetivamente que transitar o saldo e incorporá-lo criando músculo a algumas das intervenções e obras que estão previstas e nomeadamente também reforçar as verbas de atribuição para juntas de freguesia, porque entendemos que é uma forma correta e justa de fazer a gestão municipal.-----

-----Não posso deixar de comentar, interpretar, não deturpar. Eu ouço,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

93

interpreto e depois tento perceber, que às vezes torna-se difícil. Na mesma Assembleia o senhor deputado Nuno Martins faz uma intervenção inicial para dizer que deixaram um saldo de trinta milhões e que isso é muito bom. E agora nós deixámos um saldo de doze milhões, falta de ambição, repetindo as palavras do PSD, a falta de ambição. Nós mantemos o mesmo registo, o Partido Socialista é que muda e depois torna-se difícil, não é deturpar, é entender o que vocês querem. Torna-se difícil.-----

-----Dizia na intervenção inicial que este caminho levava a endividamento, deixaram um saldo de trinta e um milhões, não havia investimento no saneamento, havia um aumento das taxas e não explicou bem porquê, que nos novos caminhos os senhores presidentes de junta estavam desesperados porque não tinham uma palavra. Eu pergunto-lhes, eu falo com eles, eu falo com eles formal e informal, não se preocupe. Eu falo com eles e expliquei-lhes com coragem, e voltando ao eleitoralismo, disse-lhes que este ano não ia dar os duzentos por cento relativamente ao adicional do FFF. Do FFF demos os duzentos por cento. E tive a coragem e a frontalidade de lhes dizer antes do orçamento e expliquei-lhes porquê e os senhores presidentes de junta mostraram, todos sem exceção, um compromisso notável com o território, porque perceberam e fizeram um voto de confiança que efetivamente o investimento pode ser direto ou pode ser outra via. E nós entendemos que nesta fase era importante ser por outra via por uma razão muito simples: para equilibrar e para corresponder aos anseios sobretudo na rede viária que os municípios e as juntas de freguesia queriam fazer. Portanto, não acredito que os senhores presidentes de junta não tenham a coragem de me dizer cara a cara que aqui ou acolá eu não assumi um compromisso...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Eu pedia para parar o tempo. Eu pedia ao senhor deputado Nuno Martins, que está constantemente a ser useiro e vezeiro

em interromper o presidente da Câmara e o presidente da Câmara, quando o senhor deputado está a falar, não o interrompe. Portanto, isto não conduz a um debate democrático, cada um tem o seu tempo de intervenção e vamos fazer isto de forma democrática e correta. Pedia mais contenção e que não estivessem permanentemente a interromper o raciocínio do presidente da Câmara. Quando fala o senhor presidente da Câmara, fala o senhor presidente da Câmara. Quando fala o senhor deputado Nuno Martins, fala o senhor deputado Nuno Martins. Eu faço-me respeitar aqui a dar a voz a todos, pedia também que me acompanhassem nesse esforço e deixassem o senhor presidente da Câmara continuar.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Dizia também, na intervenção inicial, que havia derrapagens no Mercado Municipal e na Casa Conde Vilas Boas. Eu já expliquei aqui, até convidei todos os grupos parlamentares a irem visitar a obra do mercado. Tem a ver com o que estamos a falar. Tem a ver com a afetação de verbas para projetos que estão inacabados. E estão inacabados por responsabilidade, já expliquei aqui *ipsis verbis*, devagarinho, para que fosse o entendimento mais fácil. E convidei todos os grupos parlamentares, o seu grupo lá esteve representado também, e todos perceberam, e não é por acaso que todos os outros grupos parlamentares deixaram de falar no mercado, porque perceberam que a obra que foi projetada, o concurso que foi feito lá trás pelo executivo anterior estava totalmente executado mas não se conseguia abrir. E com a Casa Conde Vilas Boas acontece uma coisa parecida, que, quando se inicia a obra, percebe-se que falta um projeto de estabilidade que punha em causa a segurança do edifício. Está a ser feito e agora temos que ver se o projeto de estabilidade cabe no valor que foi adjudicado ou se não cabe e temos que fazer novo concurso. São estes trâmites que têm que ser feitos por má preparação atrás. Portanto, não é nenhuma falácia o que eu estou a dizer.



Portanto, quando fala em muita parra e pouca uva olhe para as suas intervenções.-----

-----Para terminar, só em dois segundos, dizer que eu por formação, por educação sou humilde e respeito todos que me respeitam a mim, quem não respeita leva troco.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos passar à votação do ponto sete da ordem de trabalhos!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Dezoito: quinze PS, dois BE, um PCP)-----

-----Quem vota a favor?-----

------(Noventa e oito: trinta e quatro PS, trinta e três PSD, dois CH, um TB, dois CDS, vinte e seis IND)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com dezoito abstenções e noventa e oito votos a favor.-----

-----Assim sendo, temos três horas de debate, chegamos ao final da primeira reunião da sessão de fevereiro, a segunda reunião será amanhã com início impreterivelmente às vinte e uma horas.-----

-----Está encerrada a primeira reunião desta sessão da Assembleia Municipal de Barcelos.-----

-----Até amanhã a todos.-----

-----Boa noite.-----

-----A sessão foi interrompida às zero horas e catorze minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.-----

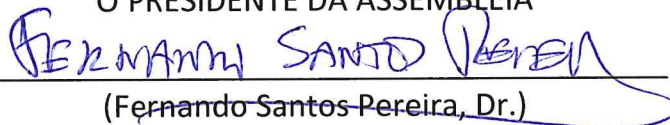
-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA


(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

-----Apensa-se a esta ata a Moção “*Dia Mundial da Justiça Social*” do TB, constituída por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página vinte e nove.-----

-----Apensa-se a esta ata a Moção “*Expansão do solo urbano em detrimento do rústico: risco de um desastre anunciado*”, do BE, constituída por três páginas, cuja referência é feita nas páginas dezassete, dezoito, dezanove e vinte e a votação encontra-se inserta na página trinta.-----

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB relativas aos pontos:--
-----Quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos Um;-----
-----Cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: a) aprovação da despesa no valor de quatro milhões de euros, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Centro Hospitalar de Barcelos”; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos;-----

-----Seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para diversos investimentos;-----

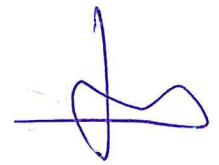
-----Sete – Discussão e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal;-----



ÍNDICE

Ata nº 35 de 24 de fevereiro de 2025

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
08	Período de antes da ordem do dia
30	Intervenção do público
35	Período da ordem do dia
35	Aprovação das atas da sessão de 12 de dezembro de 2024 (1º Ponto)
37	Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano 2024 (2º Ponto)
45	Apreciação dos Relatórios de Atividades dos Representantes da Assembleia Municipal nas diversas Entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento (3º Ponto)
48	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1 (4º Ponto)
48	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: a) aprovação da despesa no valor de 4.000.000,00 €, nos termos do "Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos"; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (5º Ponto)
65	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, para diversos investimentos (6º Ponto)
88	Discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal (7º Ponto)



MOÇÃO

Dia Mundial da Justiça Social

O Dia Mundial da justiça Social assinala-se, anualmente, a 20 de fevereiro. Este dia foi implementado através da Resolução 62/10 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 26 de novembro de 2007, e foi celebrada pela primeira vez em 2009.

O objetivo do Dia Mundial da Justiça é enfrentar as realidades da pobreza, do desemprego e da exclusão, tentando criar oportunidades para todos e combater as desigualdades no mundo. Igualdade, bem-estar, trabalho e justiça para todos são algumas das preocupações desta data. Diariamente são colocadas barreiras às pessoas pelo seu género, raça, etnia, idade, religião ou deficiência. O próprio sítio onde a pessoa nasce acaba por condicionar a sua liberdade e bem-estar.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a «*Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Justiça Social para uma Globalização mais Justa*», em junho de 2008. Esta é considerada a 3.ª maior declaração de princípios e políticas adotadas desde a sua constituição, em 1919. Esta Declaração surge na sequência da reflexão sobre a importância da dimensão social no processo da globalização, de forma a alcançar resultados mais justos. Constitui, assim, um passo importante na promoção de uma globalização justa baseada no trabalho digno e, também, como ferramenta de aceleração da agenda "Decent Work Agenda" ao nível nacional.

Nesta data a ONU faz um apelo às nações para a eliminação de barreiras sociais e realizam-se diferentes iniciativas pelo mundo para promover a justiça e a igualdade social. As nações unidas sempre consideraram que o desenvolvimento social e a justiça social são indispensáveis para a alcançar e manter a paz e segurança dentro e entre nações e que estes, por sua vez, não podem ser alcançados na ausência de paz e segurança ou de respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Justiça social é um conceito que se refere à busca por igualdade de direitos, oportunidades e tratamento para todos os indivíduos numa sociedade, independentemente de sua origem, género, raça, orientação sexual, religião, condição socioeconómica ou outras características. Ela visa garantir que todas as pessoas tenham acesso a condições dignas de vida, como educação, saúde, habitação, trabalho e participação política, além de combater desigualdades e injustiças estruturais.

A justiça social está intimamente ligada à ideia de equidade, que reconhece que diferentes grupos podem necessitar de suportes distintos para alcançar a igualdade efetiva.

Alguns pilares da justiça social incluem:

- ✓ Distribuição justa de recursos para garantir que bens e serviços essenciais sejam acessíveis a todos;
- ✓ Igualdade de oportunidades que visam assegurar que todos tenham as mesmas chances de sucesso, independentemente de suas origens;
- ✓ Proteção dos direitos humanos como forma de defender a dignidade e os direitos fundamentais de todos os indivíduos;
- ✓ Combate à discriminação para eliminar práticas e estruturas que perpetuam preconceitos e exclusão.

A justiça social é um princípio fundamental em muitas constituições e declarações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

A justiça social nas autarquias não é apenas uma responsabilidade ética, mas também um compromisso legal, já que a Constituição da república e outras legislações preveem a garantia de direitos e a redução das desigualdades como objetivos fundamentais da sociedade e do Estado.

A atuação das autarquias, portanto, deve ser pautada por princípios de equidade, solidariedade e respeito à dignidade humana.

A Assembleia Municipal de Barcelos, reunida a 24 de fevereiro de 2025, delibera aprovar esta moção do **Dia Mundial da Justiça Social** como forma de assinalar o compromisso de Barcelos, do município, dos cidadãos, e das instituições com os princípios de equidade, inclusão e solidariedade, reforçando a importância de promover políticas públicas e ações que garantam a igualdade de oportunidades e o combate às desigualdades sociais e económicas.

Barcelos 19 fevereiro de 2025

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)



MOÇÃO

Expansão do solo urbano em detrimento do rústico: risco de um desastre anunciado

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - DL nº 802/2015 - tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele previsto.

Em 2015, aquando da exposição de motivos do RJIGT, apresentavam-se argumentos que apontavam para a necessidade de se proceder à criação de um novo sistema de classificação do solo e de se garantir a eliminação da categoria de solo urbanizável, alegando que *“um modelo coerente de ordenamento do território deve assegurar a coesão territorial e a correta classificação do solo, invertendo-se a tendência, predominante nas últimas décadas, de transformação excessiva e arbitrária do solo rural em solo urbano. Com efeito, pretende-se contrariar a especulação urbanística, o crescimento excessivo dos perímetros urbanos e o aumento descontrolado dos preços do imobiliário, designadamente através da alteração do estatuto jurídico do solo. Institui-se um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável”*. Isto era feito em nome do princípio da sustentabilidade territorial, tendo sido instituída a obrigatoriedade de demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em solo urbano.

O supracitado Decreto-Lei n.º 117/2024, altera de forma fundamental o entendimento prevalecente sobre sustentabilidade territorial, ao arrepio do conhecimento científico sobre o desenvolvimento e expansão dos perímetros urbanos, do que dispõe o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT) e, igualmente, ao contrário do que tem vindo a dispor a legislação europeia que, designadamente através do Pacto Ecológico Europeu e do Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, tem apontado para a necessidade de proteção dos solos e reversão da excessiva artificialização do território (Net Zero Land Take), para a preservação de *habitats*, espécies e ecossistemas, para a reflorestação, para a preservação de ecossistemas locais em meio urbano, para o controlo da concentração da população em áreas vulneráveis (como é o caso da orla costeira) e para a adoção de medidas de mitigação e da adaptação às alterações climáticas. Recorde-se que o PNPOT estabelece, inclusive, a necessidade de *“travar a artificialização do solo e promover a reutilização do solo enquanto suporte das atividades humanas edificadas”*.

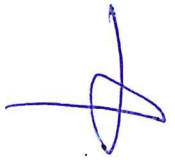
O próprio Presidente da República, em nota que acompanhou a promulgação deste diploma, considerou-o “um entorse significativo em matéria de regime genérico de ordenamento e planeamento do território, a nível nacional e local”, justificando a promulgação com a urgência de utilização de fundos europeus, obliterando que os projetos submetidos para o Plano de Recuperação e Resiliência no âmbito habitacional e do Primeiro Direito foram entregues até 31 de março de 2024 sem que este “entorse” estivesse previsto. Significa isto que esta alteração terá outro fim que não a urgência de responder aos problemas de habitação indigna, de construção de habitação acessível ou até da utilização atempada dos Fundos Europeus.

Os solos rústicos, por definição, não devem ser urbanizados. São recursos naturais insubstituíveis, cuja formação requer séculos. Num contexto global marcado pela crise climática e pela ameaça de extinção de solos produtivos, esta decisão governamental contradiz as recomendações de especialistas que procuram preservar e restaurar os solos, sob pena de esgotarmos a terra útil para produzir alimentos.

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos académicos nesta temática. As “*alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985/2000*” salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU “*O parque habitacional-análise e evolução 2011/2021*”, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso, um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas.

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que “*a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%*”. O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050.

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que “*o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos. Pelo contrário, alimenta a especulação...*” (Paulo V.D. Correia in *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, p. 192).



A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) também se pronunciou sobre o Decreto-Lei alertando para a possibilidade de permitir a construção em terrenos rústicos para outros fins que não habitação e que trará um aumento de despesa com infraestruturação. Acrescenta, o facto de coexistir uma desarticulação com outras leis, além de entender que trará “grande pressão ao planeamento e gestão urbanística”. A Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) alertou para a necessidade de se tomarem medidas de capacitação destes órgãos do poder local democrático por forma a permitir “acompanhar o aumento de responsabilidades” - algo omissos no diploma em apreço.

É compreensível a urgência em resolver a crise habitacional, mas a construção em solos rústicos não é a solução. A possibilidade de classificação de solo rústico em urbano, nos termos aprovados, subverte um sistema de planeamento progressivamente melhorado e contraria frontalmente a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, 30 de maio).

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? É um risco pela conhecida apetência dos grandes proprietários, do setor da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. É um desastre anunciado porque ao criar uma expectativa de valorização dos terrenos rústicos para fins imobiliários, inibirá o seu uso para atividade produtiva e contribuirá para a destituição da salvaguarda do interesse público e para o aumento da assimetria territorial.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária a 24 de fevereiro de 2025, delibera:

- 1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação;**
- 2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano.**

Os deputados municipais BE

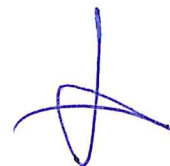
José Maria Cardoso

Miguel Afonso Martins

NOTA: em caso de aprovação, a moção deve ser remetida aos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e ao Ministro Adjunto e da Coesão Territorial

Cópia

Asssembleia Municipal 24 de fevereiro de 2025



Ponto 4) Discussão e votação da proposta da Camara Municipal relativa a Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1; e

Ponto 5) Discussão e votação da proposta da Camara Municipal para

- a) aprovação da despesa no valor de 4.000.000,00 €, nos termos do "Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos";
- b) aprovação do projeto/minuta da escritura publica de compra e venda do terreno necessário a execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos;

Declaração voto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

O TB Todos Barcelos votou favoravelmente os pontos 4 e 5 pelas mesmas razões. Entendermos que o novo centro hospitalar é de crucial importância para o concelho de Barcelos e Esposende e tudo que ajude a concretizar este projeto deve merecer a nossa aprovação.

Tal como está no site da autarquia:

Este plano visa criar as condições necessárias para a construção e ordenamento territorial deste importante equipamento de. A área abrangida pelo plano é de cerca de 31 hectares, localizada na zona norte da cidade de Barcelos, e inclui partes das freguesias de Abade de Neiva e União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha

O novo Centro Hospitalar de Barcelos é de grande importância para a região por várias razões:

1. **Melhoria dos Serviços de Saúde***: O novo hospital proporcionará instalações modernas e bem equipadas, melhorando significativamente a qualidade dos serviços de saúde disponíveis para a população local
2. **Acessibilidade e Capacidade***: Com uma localização estratégica e acessos melhorados, o hospital facilitará o atendimento a um maior número de pacientes, reduzindo tempos de espera e aumentando a eficiência do atendimento
3. **Desenvolvimento Urbano***: A construção do hospital impulsionará o desenvolvimento urbano na área envolvente, promovendo a criação de novas infraestruturas e serviços complementares [
4. **Benefícios Económicos***: A obra gerará empregos durante a fase de construção e, posteriormente, com a operação do hospital, contribuindo para a economia local
5. **Resposta a Necessidades Locais***: Atenderá a uma antiga aspiração das populações de Barcelos e Esposende, que atualmente dependem de um hospital com limitações de espaço e recursos.

Esses fatores tornam o novo Centro Hospitalar de Barcelos um projeto crucial para a melhoria da saúde pública e o desenvolvimento socioeconómico da região.

Estaremos certamente todos de acordo que o novo hospital ou novo centro hospitalar de Barcelos é de vital importância para a nossa terra e para a região. Desde logo porque no seu conjunto servirá Barcelos e Esposende + de 152 milhões (117 005 de Barcelos + 35 145) pessoas, se a isto juntarmos o fenómeno da sazonalidade do verão que quase triplica a população de Esposende, estamos a falar de + de 200 milhões de pessoas.

Depois o atual hospital está anacrónico e não serve as necessidades das populações nem as exigências clínicas

Os profissionais são competentíssimos e se cumprem exemplarmente nas condições atuais, imagine-se numa casa nova.

Queria aqui realçar a postura responsável, cordial e abnegado com que todos os partidos entraram nesta luta, relegando responsavelmente para 2º plano as questões político partidárias. Todos souberam colocar os interesses das populações acima de tudo.

É hora de arregaçar as mangas e por mãos na massa e iniciar a obra.

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)

Asssembleia Municipal 24 de fevereiro de 2025

Ponto 6) Discussão e votação da proposta da Camara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de medio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, para diversos investimentos;

Declaração voto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

O TB Todos Barcelos votou favoravelmente o ponto pois tem plena convicção que as obras por ele abrangidas (Variante Urbana do Novo Hospital Barcelos – 4 722 698€; Variante Urbana Nascente (Andorinhas – EN306) – 2 756 000€; Recuperação da Rede Viária Municipal – 4 240 000€; Projeto da Nova Ponte Urbana – 3 075 000€; Piscina Municipal em Galegos de St. ^a Maria – 4 452 000€; Piscina Municipal em Viatodos – 4 028 000€; Centro Operacional de Barcelos – 5 300 000€), são muito importantes para o concelho e para o desenvolvimento da nossa terra. Contudo não podemos deixar de constatar que algumas destas obras pecam por tardias, e entendemos que a localização da piscina municipal em Viatodos é discutível pois ficará numa freguesia na franja do concelho e como tal servirá tano as populações vizinhas de Famalicão como as de Barcelos. No nosso entendimento esta localização deveria ser por exemplo em Carvalhal, Pereira, Remelhe ou Goios pois seria uma zona mais central e abrangente das freguesias da margem sul do rio Cávado. O TB-Todos Barcelos entende ainda que um empréstimo desta dimensão acontece agora porque se trata de um ano eleitoral. Pena que as eleições autárquicas ocorram apenas de 4 em 4 anos

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)

Cópia



Asssembleia Municipal 24 fevereiro de 2025

Ponto 7) Discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal

Declaração voto

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs Deputados, Minhas Sras e meus Srs,

O TB- Todos Barcelos votou favoravelmente este ponto porque a referida modificação ao orçamento tem por objetivo a necessidade de cabimento para o novo centro de saúde de Barcelos ; obras de drenagem de águas residuais às freguesias de Fragoso, Aldreu e Palme e permitirá a concessão de isenção de imposto municipal sobre imóveis na primeira transmissão de imóveis para habitação própria e permanente por sujeitos passivos ate 35 anos de idade – IMT jovem. Portanto o TB-TODOS BARCELOS é clara e inequivocamente a favor do desenvolvimento das populações e todas as medias que tenho esse objetivo serão alvo da nossa aprovação

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

Cópia



Hora de Abertura: 21h00

**Minuta da ata da vigésima oitava Sessão da Assembleia Municipal de Barcelos,
realizada em 24 de fevereiro de 2025**

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do estipulado no n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi deliberado, com vista à sua excecutoriedade imediata, aprovar em minuta as deliberações desta sessão ordinária, constituindo o presente documento a ata em minuta:

1ª REUNIÃO

Período de Antes da Ordem do Dia

Moção “*Dia Mundial da Justiça Social*”, apresentada pelo TB – aprovada por unanimidade (48 PS, 33 PSD, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 2 BE, 1 TB, 1 PCP)

Moção “*Expansão do solo urbano em detrimento do rústico: risco de um desastre anunciado*”, apresentada pelo BE – rejeitada por maioria com 77 votos contra (14 PS, 33 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS), 3 votos a favor e 36 abstenções (34 PS, 1 TB, 1 IND)

Registaram-se intervenções de deputados do PS, PSD, CH, TB, CDS, BE, PCP e IND

Período de Intervenção do Público

Registou-se intervenção de uma cidadã, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado os respetivos esclarecimentos.

Período da ordem do dia

1. Aprovação das atas da sessão de 12 de dezembro de 2024;

Ata de 12/12/2024 (1ª Reunião) – aprovada por unanimidade (48 PS, 33 PSD, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 2 BE, 1 TB, 1 PCP)

Ata de 14/12/2024 (2ª Reunião) – aprovada por unanimidade (48 PS, 33 PSD, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 2 BE, 1 TB, 1 PCP)

2. Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano 2024;

- Apresentação do relatório pela Sra. Presidente da CPCJ
- Intervenções dos Grupos Municipais do BE, CDS, PSD

3. Apreciação dos Relatórios de Atividades dos Representantes da Assembleia Municipal nas diversas Entidades de natureza deliberativa, consultiva ou de acompanhamento;

Apreciados

4. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Versão Final do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1;

Aprovado por maioria com 114 votos a favor (49 PS, 33 PSD, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB) e 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

5. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: a) aprovação da despesa no valor de 4.000.000,00 €, nos termos do “Acordo de Cedências e Urbanização para a Execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos”; b) aprovação do projeto/minuta da escritura pública de compra e venda do terreno necessário à execução do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos;

Aprovado por maioria com 116 votos a favor (49 PS, 33 PSD, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 2 BE, 1 TB) e 1 abstenção (PCP)

6. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para iniciar o procedimento de contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, para diversos investimentos;

Aprovado por maioria com 98 votos a favor (34 PS, 33 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB), 1 voto contra (PCP) e 18 abstenções (15 PS, 2 BE, 1 IND)



7. Discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal;

Aprovado por maioria com 98 votos a favor (34 PS, 33 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB) e 18 abstenções (15 PS, 2 BE, 1 PCP)

- Interrupção dos trabalhos – 00h14 do dia 25/02/2025

2ª REUNIÃO – 21h00 do dia 25/02/2025

- 8. Discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a) autorização para a aquisição de 74 fogos habitacionais, ao abrigo da 2ª Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação 2ª Republicação n.º 01/CO2-i01/2021 – Componente 02 – Habitação; b) aprovação das peças referentes à 2ª Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e edital; c) delegação na Câmara Municipal das competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até à conclusão da 2ª Oferta Pública de Aquisição;**

Aprovado por maioria com 108 votos a favor (45 PS, 31 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB, 1 BE) e 1 abstenção (PCP)

- 9. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de participações financeiras às Freguesias do concelho de Barcelos;**

Aprovado por maioria com 109 votos a favor (45 PS, 32 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB, 1 PCP) e 1 abstenção (BE)

- 10. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos;**

Aprovado por maioria com 85 votos a favor (31 PSD, 25 PS, 24 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB), 1 voto contra (BE) e 21 abstenções (20 PS, 1 PCP)

- 11. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 806/79-R);**

Aprovado por maioria com 107 votos a favor (45 PS, 32 PSD, 25 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB) e 2 abstenções (1 BE, 1 PCP)

- 12. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos estatutos;**

Aprovado por maioria com 108 votos a favor (45 PS, 32 PSD, 25 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB, 1 PCP) e 1 abstenção (BE)

- 13. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal;**

Aprovado por unanimidade (45 PS, 32 PSD, 26 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB, 1 BE, 1 PCP)

- 14. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, a prover na autarquia;**

Aprovado por maioria com 96 votos a favor (32 PSD, 31 PS, 27 IND, 2 CH, 2 CDS, 1 TB, 1 PCP) e 15 abstenções (14 PS, 1 BE)

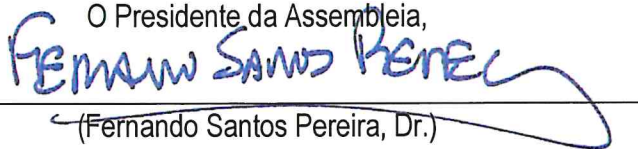
- 15. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município;**

Verificaram-se as intervenções do BE e PS e os respetivos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal

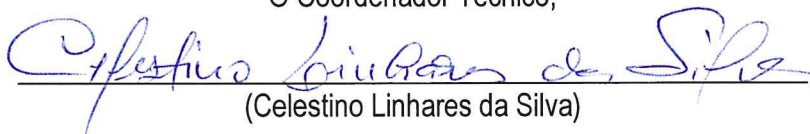
Às 22h50 do dia 25 de fevereiro de 2025 foi aprovada e assinada esta minuta, sendo posteriormente encerrada a sessão.

Eu, Celestino Linhares da Silva, Coordenador Técnico, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia,


(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O Coordenador Técnico,


(Celestino Linhares da Silva)